PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO URBANO EM SÃO JOÃO DEL-REI: Estudo de área delimitada no centro histórico para a elaboração de diretrizes e propostas de intervenção

Isabela Cristina de Assis Berg

Belo Horizonte
2009

Isabela Cristina de Assis Berg

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO URBANO EM SÃO JOÃO DEL-REI: Estudo de área delimitada no centro histórico para a elaboração de diretrizes e propostas de intervenção

Pesquisa apresentada como parte integrante do Trabalho Final de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Belo Horizonte
2009

A meus queridos pais Sonia Cristina e Walmir, irmão Pedro e avó Angelina,
pelo amor e suporte incondicionais.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer palavra de agradecimento às pessoas que contribuíram comigo nesta jornada, é a Deus a quem primeiro agradeço. Tendo sido meu guia e fonte de força e empenho, sem Ele no início e à frente dos passos que dei, certamente pequenos eles teriam sido e não teriam me levado à conclusão satisfatória de mais uma etapa da minha vida. É a Ele, ainda, a quem agradeço também por ter colocado no meu caminho todos os que estiveram junto comigo, a quem agora faço valer sinceramente o meu muito obrigada.

À família, em especial ao meu "tripé de sustentação": mamãe, papai e irmão, a quem me faltam palavras para descrever o tamanho e a intensidade do amor e gratidão que lhes devoto.

À minha avó Angelina, minha segunda mãe, amiga, sempre tão presente na minha vida com o amor, o apoio, o exemplo de determinação, a alegria de viver e a doçura reconfortante e restauradora nas minhas idas a São João del-Rei. A ela devo muito da minha mais profunda gratidão.

Aos tios, primos e demais familiares que sempre me apoiaram acreditando em mim e na realização de meus objetivos.

Aos meus amigos que estiveram ao meu lado constituindo minha segunda família e com quem partilhei deliciosos instantes, alegrias, angústias, vitórias, madrugadas de trabalho e todos esses dias que, desprovidos de sua presença, certamente não teriam sido tão coloridos, tão lindos, tão especiais.

Aos professores da época de escola e da universidade, em especial estes últimos e àqueles por quem nutro íntima e profunda admiração, por terem se transformado, pela inteligência, competência, responsabilidade e integridade de caráter, em meus exemplos a seguir na vida. Acima disso, por todo o conhecimento

a mim transmitido, pelo despertar constante da sede por aprendizado e aperfeiçoamento e por terem sido mais que mestres; sobretudo, amigos.

À família PUC – funcionários do Departamento de Arquitetura, da prestação de serviços dentro da universidade - por ter me acolhido e me feito sentir em casa todo o tempo, transformando o ambiente acadêmico no local prazeroso que sempre idealizei, e além das expectativas.

A todas as muitas outras pessoas que também, de uma forma ou de outra, deram sua contribuição e me ajudaram não apenas a chegar à conclusão da faculdade de Arquitetura e Urbanismo, mas também a me tornar muito do que sou e ainda tenho para ser.

Por fim, num instante de nostalgia, relembro os passeios na Universidade Federal de São João del-Rei, na época ainda denominada Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), quando criança, aos oito anos, em companhia de meu pai, que lá então fazia parte do curso de Ciências Econômicas. Os pequenos momentos de experimentação do ambiente acadêmico que me proporcionaram a contemplação de um lugar que me afigurava tão pacífico, convidativo, acolhedor e amistoso, junto ao encanto que me despertava o movimento dos estudantes, o cheiro dos livros velhos e novos nas estantes da biblioteca, o farfalhar das páginas, e principalmente um quê de satisfação no rosto daquelas pessoas em estar em meio ao conhecimento e que eu tão sutilmente, ainda nova, já conseguia notar. Relembro tudo isto agora, no momento de conclusão do meu querido curso, por saber ter sido a época em que este sonho foi plantado. E enquanto estes dias de hoje pareciam tão distantes naquele tempo, hoje aqueles dias lá atrás parecem pertencer a um passado próximo ainda cheio de frescor. Isto porque me é possível sentir ainda o mesmo encanto e o mesmo gosto que tiveram, contribuindo também, e de forma significativa dentro do contexto mais amplo da minha vida, para que este caminho fosse trilhado e este trabalho viesse a se realizar. E assim que Deus o permita ser, além de marco da conclusão de uma etapa, o primeiro passo de outras vindouras.

"(...) a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes."

Ítalo Calvino, As Cidades Invisíveis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Vista de conjunto urbano no centro histórico com poluição visual provocada por engenhos de publicidade e acúmulo de veículos.....**19**
Figura 2. Exemplo de edificação com inserção de elementos arquitetônicos e engenhos de publicidade inadequados.....**19**
Figura 3. Estabelecimentos comerciais com cores e engenhos de publicidade inadequados.....**20**
Figura 4. Edificação destoante do conjunto com pintura, marquise e engenho de publicidade inadequados.....**20**
Figura 5. Exemplos de marquises inseridas indevidamente.....**21**
Figura 6. Cobertura obstruindo o eixo de visadas dos pavimentos superiores do conjunto de edificações do trecho.....**21**
Figura 7. *Trailler* instalado em local indevido provocando a obstrução de vista de monumento: o Teatro Municipal.....**22**
Figura 8. Estado de loja no "Calçadão" que conduz a um importante ponto de visada do conjunto colonial da cidade.....**22**
Figura 9. Carros dificultando o acesso à rua de pedestres no centro histórico: mobilidade e acessibilidade prejudicadas.....**23**
Figura 10. Rua do centro histórico sem boas condições de circulação para o pedestre: calçadas estreitas, trânsito tumultuado.....**24**
Figura 11. Demarcação das vias arteriais no centro da cidade.....**25**
Figura 12. Vista do conjunto urbano da Rua Direita.....**27**
Figura 13. Casario eclético da Rua Direita.....**27**
Figuras 14 e 15. Edificações do conjunto da Avenida Hermílio Alves, à outra margem do Córrego do Lenheiro.....**28**
Figura 16. Banco Bradesco: localizado na vizinhança do Teatro Municipal, na Avenida Hermílio Alves, é bom exemplo do respeito à arquitetura da edificação e ao conjunto urbano de que faz parte.....**29**
Figura 17. Manchas do centro da cidade: conjuntos de características particulares na preservação e gestão do patrimônio.....**29**

Figura 18. Vista da torre da Igreja do Carmo a partir da Avenida Hermílio Alves.....**30**
Figura 19. Vista da torre da Igreja do Carmo a partir da Avenida Hermílio Alves em ponto onde o eixo visual se abre.....**31**
Figura 20. Edifício da Avenida Presidente Tancredo Neves: de altimetria discordante da apresentada pelo conjunto da avenida, compromete trecho do eixo de visada das torres das igrejas nas ruas atrás e exemplifica os efeitos de uma gestão patrimonial mal conduzida.....**31**
Figura 21. Vista da torre da Igreja do Rosário nas proximidades da Ponte do Rosário.....**32**
Figura 22. Vista da Igreja do Carmo no cruzamento do "Calçadão" com a Rua General Osório: esquina marcante na paisagem da cidade, mantém o efeito da perspectiva colonial barroca e é exemplo da necessidade de se respeitar os padrões altimétricos adequados para a área.....**32**
Figura 23. Delimitação da área de estudo e intervenção no centro histórico de São João del-Rei.....**33**
Figura 24. Vista do canal do Córrego do Lenheiro. À esquerda, Avenida Hermílio Alves; à direita, Avenida Presidente Tancredo Neves e a área de intervenção.....**34**
Figura 25. Desenho do centro histórico de Évora.....**52**
Figura 26. Ruínas romanas no centro histórico de Évora.....**53**
Figura 27. Via de herança muçulmana na parte mais antiga do centro histórico.....**53**
Figura 28. Vista aérea da cidade de Évora com a Sé Catedral ao centro.....**54**
Figura 29. Fotografia da Praça do Giraldo provavelmente datada de princípio do século XIX.....**55**
Figura 30. Fotografia da Praça do Giraldo atualmente: ponto de encontro de moradores e turistas emoldurando pelo conjunto de edifícios preservados.....**58**
Figura 31. Vista do Bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.....**60**

Figura 32. Registro do levantamento de edificação tombada no conjunto do Corredor Cultural.....**62**
Figura 33. Anúncios pintados. O seu posicionamento nos diferentes pavimentos de acordo com as normas.....**62**
Figura 34. Anúncios paralelos à fachada. O seu posicionamento no pavimento térreo em função dos vãos de portas existentes.....**63**
Figura 35. Anúncios perpendiculares à fachada. O seu posicionamento no pavimento térreo em função dos locais permitidos para sua fixação.....**63**
Figura 36. Estudo de estratégias de intervenção para conjunto urbano do Corredor Cultural.....**64**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....12
1.1. Apresentação do objeto de estudo
1.1.1. A cidade de São João del-Rei: breve histórico da época de sua fundação à atualidade.....14
1.1.2. Patrimônio ameaçado: os efeitos negativos do desenvolvimento urbano na área central.....17
1.2. Justificativa.....33
1.3. Objetivos.....35

2. DISCUSSÕES TEMÁTICAS.....36

3. MÉTODO.....40

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: POSTULADOS E CONCEITOS.....42
4.1. A formação das cidades no decorrer do tempo: o conceito de palimpsesto.....43
4.2. Patrimônio histórico: breve histórico de significados, posturas e políticas específicas adotadas ao longo da História.....45
4.3. Leitura dos conjuntos urbanos: da apreensão à formulação de estratégias de preservação e/ou intervenção.....48

5. OBRAS DE REFERÊNCIA.....51
5.1. A cidade de Évora, em Portugal.....52
5.1.1. Trabalhos empreendidos para estudo, análise, diagnóstico e intervenção na área do Centro Histórico.....56
5.1.2. Apreciação.....59
5.2. Projeto "Corredor Cultural", no Rio de Janeiro.....60
5.2.1. A implementação do projeto.....61
5.3. *Apreciação*.....65

6. PROPOSTA PRELIMINAR.....66
6.1. Diretrizes e estratégias.....67
6.2. Propostas preliminares de intervenção na área delimitada.....68

7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....69

REFERÊNCIAS.....71

APÊNDICE.....73

ANEXOS.....76

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, é extremamente difícil apontar dentre as principais cidades coloniais brasileiras aquelas que, especialmente com a incorporação do turismo como uma de suas atividades econômicas principais, não sofreram mudanças em sua paisagem. A incorporação de renda ao orçamento municipal que possibilita o desenvolvimento econômico se desdobra, por exemplo, na expansão e alteração dos tecidos urbanos originais.

Este desenvolvimento, por sua vez, ao mesmo tempo em que pode ser encarado de forma positiva, se considerarmos que parte do aumento da renda média da população, pode se apresentar também negativamente caso não atente corretamente a um dos principais elementos com os quais ele se depara: a presença do patrimônio histórico arquitetônico.

Historicamente, o embate entre expansão urbana e preservação dos núcleos antigos enraíza-se na época da Revolução Industrial, às voltas do século XVIII, de quando datam exemplos de centros urbanos antigos que passaram por modificações impulsionadas pela alteração na economia das cidades e, em primeira instância, pelo capitalismo. Naquela época, a necessidade por ambientes mais salubres também contribuiu para que se abandonassem os esquemas usuais de ocupação urbana, mas o fator determinante foi a lógica incorporada com o novo sistema, que, além de outros modos de vida, definiu um novo modelo de urbanização no qual a cidade, tomada como local da produção de mercadorias, deveria atender, a partir da conformação territorial, ao processo como um todo, envolvendo a circulação e distribuição dos bens de consumo. Assim, os novos usos, escalas parcelares e viárias necessários defrontavam-se cada vez mais fortemente com os aglomerados urbanos antigos, que em muitas vezes eram vistos como meros obstáculos.

Entretanto, a noção de patrimônio urbano histórico, que contribuiu com o delineamento das questões contemporâneas acerca da preservação, advém desta mesma época, com a conversão da cidade em objeto de investigação e de conhecimento histórico, processo este que se dá especialmente pelo ressalto das

particularidades entre centros antigos e novos através do contraste então estabelecido entre ambos.

O trabalho de teóricos como Camilo Boito, Alois Riegl e Gustavo Giovannoni, em fins do século XIX e princípio do século XX, é o que contribui mais significativamente para a consolidação de uma abordagem diferenciada do patrimônio no contexto urbano, despertando os cidadãos para uma nova concessão de valores aos monumentos, edifícios e conjuntos urbanos; valores estes que se fundamentam principalmente nos conceitos de "memória", "saber" e "identidade". Destacam-se, porém, os estudos de Giovannoni, que funda uma doutrina de conservação e restauração pautada na abordagem das cidades históricas enquanto monumentos e tecidos vivos, condição que se dá simultânea e dialeticamente. E é neste universo temático apresentado que este trabalho se insere.

Fundamentado no tema que abrange as estratégias de preservação - pautadas principalmente pelos três conceitos citados anteriormente -, e intervenção, conjugadas com os efeitos originados pelo processo de expansão das cidades, toma ainda como objeto de estudo a cidade mineira de São João del-Rei, marcante por seus conjuntos urbanos históricos dotados de significativa singularidade, pertinente ao tema e, assim, uma rica amostra para se investigar, analisar, compreender e capaz de prover o aporte a propostas de intervenção.

1.1. Apresentação do objeto de estudo

1.1.1. A cidade de São João del-Rei: breve histórico da época de sua fundação à atualidade

São João del-Rei, localizada na região dos Campos das Vertentes, a sudeste no Estado de Minas Gerais, é uma cidade colonial cujo passado enraíza-se no período setecentista, mais especificamente no ano de 1704, com sua ocupação

iniciada pela descoberta de ouro na região por bandeirantes paulistas que naquela época empreendiam suas expedições pelo interior do Estado.

Assim como outros arraiais coevos se iniciaram, o então Arraial Novo do Rio das Mortes – nome pelo qual a cidade foi inicialmente batizada – surgiu e firmou-se a partir da implantação da capela de Nossa Senhora do Pilar no local conhecido como Tejuco, próximo à encosta sul da Serra do Lenheiro, formação montanhosa que emoldura parte da paisagem urbana.

A atividade mineradora trouxe bastante prosperidade ao arraial, que em 1713 foi elevado à categoria de vila e denominado São João del-Rei, em homenagem ao rei português Dom João V. E a partir do terceiro quartel do século XVIII, com o término do ciclo do ouro, a vila, diferente de outras que entraram em declínio, manteve sua economia ativa graças à dedicação às atividades mineradora e agropecuária, simultaneamente à aurífera àquela época. E foi com a riqueza gerada a partir daí que, durante aquele século, foram erigidas as suas mais significativas obras da arquitetura colonial, dentre as quais se destacam os exemplares religiosos: Matriz de Nossa Senhora do Pilar, igrejas de São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário.

No século XIX a vila já se apresentava bem desenvolvida comercialmente, com casarões e sobrados funcionando como lojas de vários tipos de mercadorias, como por exemplo, dos chamados “secos e molhados”, que ofereciam tanto artigos produzidos nas redondezas quanto importados.

Em 1838, São João del-Rei é elevada ao título de cidade e, anterior a essa nomeação, o núcleo urbano de São João del-Rei já se caracterizava com distinção em relação a outras cidades, dando provas do progresso alcançado pelo original povoado no transcorrer do tempo.

> *[...] São João já possuía uma população de 5 mil habitantes, abrigados em, aproximadamente, mil edificações. Ao progresso econômico então presenciado correspondiam novas obras*

públicas, melhoramentos nos serviços e valorização do espaço urbano central. Na segunda metade do século XIX a cidade contava com 24 ruas, dez praças públicas, cemitério público fora do centro urbano, hospital da Santa Casa, banco Almeida Magalhães S.A.), biblioteca pública, teatro, escolas, jornais, telégrafo, comando superior da Guarda Nacional, iluminação a querosene e três chafarizes públicos.[1]

Em 1881, ao acolher a Estrada de Ferro Oeste de Minas, teve sua economia projetada ainda mais à expansão, com a conexão da cidade a outras dentro do Estado e a possibilidade de trocas comerciais. Mas, mais tarde, com os simultâneos desenvolvimento das zonas cafeeiras ao sul do Estado e surgimento de novos núcleos urbanos de relevo, a cidade perdeu sua posição privilegiada no setor comercial de Minas Gerais e sua economia entrou em decadência, passando a assumir papéis secundários.

No fim do século XIX, São João del-Rei recebeu a primeira indústria - a Companhia Industrial São-joanense de Fiação e Tecelagem -, que também se valeu da presença da linha férrea e deu início a um processo de modernização do setor comercial da cidade, com ênfase em indústrias de tecelagem e siderurgia de pequeno porte.

O progresso, porém, não apenas se verificou no desenvolvimento econômico, mas trouxe uma nova linguagem à cidade: o ecletismo, com as construções dotadas de elementos de vidro e ferro, novidades incorporadas à arquitetura a partir da Revolução Industrial inglesa.

A esta altura, São João del-Rei já havia conseguido compor um diversificado cenário urbano, integrado por singulares exemplares arquitetônicos característicos das diversas épocas que a cidade atravessara desde sua fundação e que a

---

[1] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diagnóstico de São João del-Rei**, v. 1. Belo Horizonte: FJP, 1984.

destacavam como importante referencial histórico destas mesmas épocas. Isto se verifica quando, na década de 1920, recebe a visita de um grupo de artistas modernistas brasileiros atraídos pela atenção que o lugar lhes despertara e que a tomaram como inspiração para algumas de suas obras.

Mas, foi apenas no século XX, próximo ao início da década de 40, que a cidade recebeu o reconhecimento do seu valor patrimonial pelo SPHAN, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao ser a primeira cidade do país a receber o tombamento por seu conjunto arquitetônico e urbanístico[2].

Com o tombamento do conjunto, haveria, então, a necessidade de se adotar políticas de preservação que condissessem com uma postura zelosa pelo resguardo da imagem remetente às épocas passadas composta pelas edificações. Como conseqüência, ter-se-ia em curso um processo permanente de afirmação e a valorização de sua identidade.

Entretanto, como o desenvolvimento econômico sempre estivera presente e fazendo-se notar na paisagem – fosse na alteração e expansão da malha urbana ou na incorporação de novos tipos de edificações -, chegou a época em que combiná-lo à preservação do patrimônio edificado tornou-se um embate; isto por constituir-se uma equação com inúmeras variáveis envolvidas e, assim, dotada de um grau mais complexo de solução.

1.1.2. Patrimônio ameaçado: os efeitos negativos do desenvolvimento urbano na área central

Desde a época da instituição do conceito de “monumento histórico” – que ocorre por volta do ano de 1420, em Roma -, e quando se pode falar em patrimônio com conotação próxima da qual conhecemos atualmente, há registros de danos

[2] O processo, identificado pelo número de chamada 68-T-38, é a inscrição 01 no Volume I, à página 02, do Livro de Belas-Artes do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

causados às edificações e conjuntos urbanos antigos. Estes se viam ameaçados por motivos variados: ora, com a remoção de fragmentos de edificações que eram levados para ornar outras construções, como igrejas e palácios; ora com a destruição completa, como ocorreu com grande parte do conjunto de bens pertencentes ao período gótico.

Com o desenvolvimento da mentalidade de preservação ao longo dos séculos, hoje há uma política bem definida de gestão patrimonial. Contudo, a sua existência não é por si só suficiente, especialmente se consideramos os efeitos negativos da exploração turística nos centros antigos ao redor do mundo e o marketing territorial praticado nas cidades contemporâneas, tanto através da especulação imobiliária quanto de estratégias de *city marketing*[3].

Em São João del-Rei, cidade que também tem seu patrimônio divulgado nacional e internacionalmente, e encontra no turismo uma das suas fontes de renda, não tem seus conjuntos ameaçados diretamente pela atividade turística. O cerne do problema na cidade situa-se, *a priori*, na "bi-funcionalidade" de seu centro histórico.

Diferente de boa parte das cidades coloniais mineiras fundadas na mesma época, São João del-Rei não tem o seu centro histórico situado numa zona à parte daquela em que se dá o desenvolvimento das principais atividades comerciais e de serviços; ao mesmo tempo ele é o núcleo destinado à preservação e o lugar que reúne a qualidade propícia à instalação de estabelecimentos comerciais e instituições públicas e privadas. Este tipo de combinação é positivo quando contribui com o interesse pela conservação das edificações. Porém, a influência negativa dá-se à medida que a instalação daqueles estabelecimentos e instituições não respeita a linguagem arquitetônica preexistente no local e ocorre com a implantação de

---

[3] O termo diz respeito a um conjunto de estratégias de valorização do território que começou a ser sistematizado por volta da década de 1980 e que tem por objetivo tornar a cidade um produto de consumo com atratividade e passível de ser comercializado. A aplicação das estratégias de *city marketing* são perceptíveis, por exemplo, na cidade de Tiradentes, em Minas Gerais, vizinha à cidade de São João del-Rei. Tiradentes, após receber grandes investimentos da iniciativa privada, teve seu cenário arquitetônico e urbanístico transformado em produto cultural e despontou no setor turístico nacional e internacional, sofrendo também efeitos perversos como a expulsão da população tradicional das áreas que tiveram revalorização. Cf. DUARTE, Fábio; CZAJKOWSKI JÚNIOR, Sérgio. **Cidade à venda**: reflexões éticas sobre o marketing urbano. Rio de Janeiro, 2007.

elementos ou mesmo edificações destoantes dos conjuntos antigos, pinturas e materiais inadequados, placas e letreiros abusivos – os quais, diga-se de passagem, atendem bem à sua finalidade exclusiva de atrair a atenção dos consumidores.

Figura 1. Vista de conjunto urbano no centro histórico com poluição visual provocada por engenhos de publicidade e acúmulo de veículos.

Fonte: Todas as fotos pertencem à autora, salvo indicação da fonte.

Figura 2. Exemplo de edificação com inserção de elementos arquitetônicos e engenhos de publicidade inadequados.

Figura 3. Estabelecimentos comerciais com cores e engenhos de publicidade inadequados.

Figura 4. Edificação destoante do conjunto com pintura, marquise e engenho de publicidade inadequados.

Uma das características mais marcantes e importantes de se considerar na área refere-se à predominância do uso misto: comércio instalado no pavimento térreo e residências ou consultórios e escritórios nos pavimentos superiores. Este simples arranjo torna-se complexo quando induz os comerciantes à colocação de toldos e marquises que, num primeiro instante visam o conforto dos pedestres e clientes, além da possibilidade de serem convertidas em grandes chamarizes, mas, no fim, terminam se constituindo obstáculos às visadas e à apreensão da imagem dos conjuntos na sua totalidade. Amostra do efeito ruim destes elementos é o fato de muitos habitantes da própria cidade por vezes se surpreenderem com a contemplação dos andares superiores de alguns edifícios.

Figura 5. Exemplos de marquises inseridas indevidamente.

Figura 6. Cobertura obstruindo o eixo de visadas dos pavimentos superiores do conjunto de edificações do trecho.

Contribuindo com o agravamento do problema, há os camelôs e *trailers*, que também interferem na paisagem obstruindo fachadas de edifícios históricos importantes e destoando do conjunto de edificações.

Figura 7. *Trailler* instalado em local indevido provocando a obstrução da vista de monumento: o Teatro Municipal.

Figura 8. Estado de loja no "Calçadão" que conduz a um importante ponto de visada do conjunto colonial da cidade.

O trânsito de veículos na área é também fator relevante por suas influências negativas. Atraído pela presença do comércio e das instituições, os veículos, a exemplo do que ocorre nas cidades do mundo todo, gradativamente tomam lugar de destaque no espaço que originalmente privilegiava o pedestre. Eles influenciam a alteração da malha viária, condicionando uma nova hierarquização das vias a partir da demanda de circulação e o alargamento das ruas com a conseqüente diminuição das calçadas; passam a atuar como vilãos no âmbito da mobilidade urbana e acessibilidade universal, competindo com pedestres e ciclistas e obstruindo passagens quando conformam estacionamentos ao longo das calçadas; obstruem a visibilidade dos conjuntos urbanos quando se concentram em grande número, colaboram com a poluição visual na paisagem urbana e ainda oferecem o risco de impactar edificações mais fragilizadas pelo tempo com o surgimento de rachaduras.

Figura 9. Carros dificultando o acesso à rua de pedestres no centro histórico: mobilidade e acessibilidade prejudicadas.

Figura 10. Rua do centro histórico sem boas condições de circulação para o pedestre: calçadas estreitas, trânsito tumultuado.

No caso desta porção da cidade, o trânsito ainda merece especial atenção por, em se tratando de nova ordenação, requerer um planejamento com maior acuidade. O sistema viário do município hoje se mostra sobrecarregado, fato que se dá não apenas pela dimensão reduzida da caixa das vias, que não suporta o volume de tráfego nos momentos em que ele acontece com maior intensidade, mas também pela hierarquização do sistema, que dispõe muito próximas vias que assumem o caráter arterial (Figura 11).

Um outro aspecto a ser considerado é o de que, pela localização central do núcleo histórico, a área acaba sofrendo os impactos de ser ponto intermediário do fluxo que liga os dois mais importantes eixos da cidade, ao longo dos quais distribuem-se bairros de alta densidade populacional: nordeste (no sentido do Bairro das Fábricas e bairro Matosinhos) e sudoeste (no sentido do bairro Tejuco). É impossível deslocar-se de um ponto a outro sem cruzar esta parte central da cidade e é interessante notar como os fatos se inter-relacionam; é daí também que os comerciantes buscam tirar proveito com a publicidade de suas lojas: para chamar a atenção de quem passa, é necessário que os engenhos sejam notados.

LEGENDA:

VIA ARTERIAL - AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES + RUA PAULO FREITAS

VIA ARTERIAL - AVENIDA EDUARDO MAGALHÃES + AVENIDA HERMÍLIO ALVES + RUA ANTÔNIO ROCHA

VIA ARTERIAL - AVENIDA TIRADENTES

Figura 11. Demarcação das vias arteriais no centro da cidade.

Fonte: Adaptado de imagem obtida por fotogrametria aérea cedida pelo Escritório Técnico do IPHAN de São João del-Rei. 2005.

Curioso é notar que diante de tantos problemas os órgãos públicos responsáveis pouco interferem e isto talvez se justifique pela manutenção da postura tradicional de distanciamento verificada no histórico da gestão do patrimônio na cidade. Houve apenas poucos momentos em que São João del-Rei viu o encaminhamento correto do trato de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico e o período atual não é, até onde se pode evidenciar, um destes momentos. Corroborando esta afirmativa, por exemplo, tem-se a concessão, por parte da prefeitura municipal, de alvarás de funcionamento aos *trailers*, o que demonstra a ausência do devido cuidado com a integridade do núcleo tombado da cidade.

Mas, vale fazer uma ressalva. No Plano Diretor Participativo do município, aprovado em 2006, é interessante notar que consta no artigo 26 do capítulo IV, que dispõe sobre o patrimônio ambiental e cultural da cidade, o seguinte:

> *As políticas municipais de preservação, conservação e valorização do patrimônio ambiental e cultural de São João del-Rei visam promover a melhoria da paisagem urbana, a preservação dos sítios históricos, dos recursos naturais e a recuperação de áreas degradadas, visando um ambiente salubre e com qualidade de vida para todos os seus habitantes.*[4]

A redação de tal artigo no plano é, talvez, indicativa de uma nova perspectiva para a cidade no âmbito do trato de seu patrimônio. Contudo, para que assim o seja realmente é necessária a elaboração e aplicação de políticas mais eficazes, tanto por parte do poder público municipal quanto pelos órgãos de defesa do patrimônio, que no cenário atual também não adotam posturas efetivas para encontrar, independentes ou junto à administração municipal, soluções para o caso.

A proposta deste trabalho parte do contexto descrito e toma como objeto de estudo e intervenção a área do centro histórico do município de São João del-Rei onde os problemas apresentados são mais perceptíveis e mais danosos aos conjuntos urbanos. A área selecionada conforma-se pela porção do território inserida entre os limites da ponte da Praça da Estação até a Ponte do Rosário, na margem direita – a montante – do Córrego do Lenheiro, que atravessa a cidade, abrigando a Avenida Tancredo Neves, Travessa Lopes Bahia, o assim conhecido "Calçadão", Rua Arthur Bernardes, Rua General Osório e Largo Tamandaré.

Esta área, curiosamente, situa-se nas proximidades de outra cujo conjunto urbano apresenta-se livre das mesmas interferências verificadas na primeira. Constituída pela porção do território que se estende da Rua Direita (Figuras 12 e 13) [a primeira acima da Rua General Osório, limite da área de estudo] até a Igreja das

---

[4] SÃO JOÃO DEL-REI (MG). **Plano Diretor Participativo do Município de São João del-Rei**. São João del-Rei, MG: Prefeitura Municipal, 2006. 41p.

Mercês, esta área é bem preservada e o seu diferencial com relação à outra é, além da concentração de pontos turísticos importantes, como quatro das cinco principais igrejas da cidade – o que contribui para a vigilância sobre o patrimônio ser maior, talvez -, a predominância do uso residencial, o que colabora para ratificar a afirmativa de que o setor comercial e de serviços, em São João del-Rei, atua negativamente no meio em que se insere e carece de uma revisão de posturas.

Figura 12. Vista do conjunto urbano da Rua Direita.

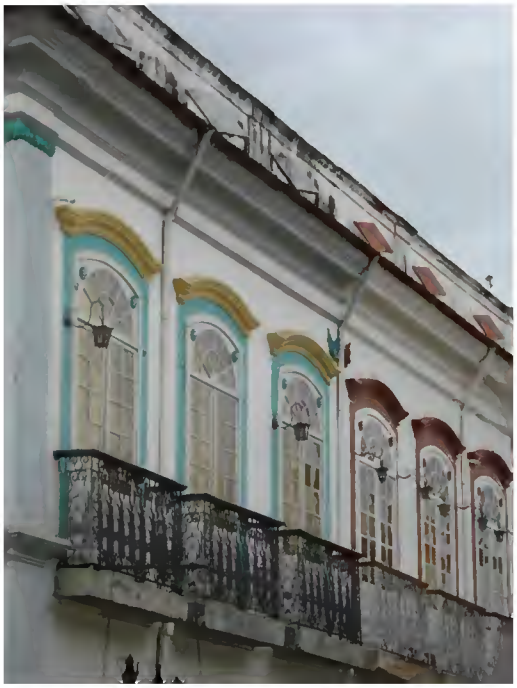


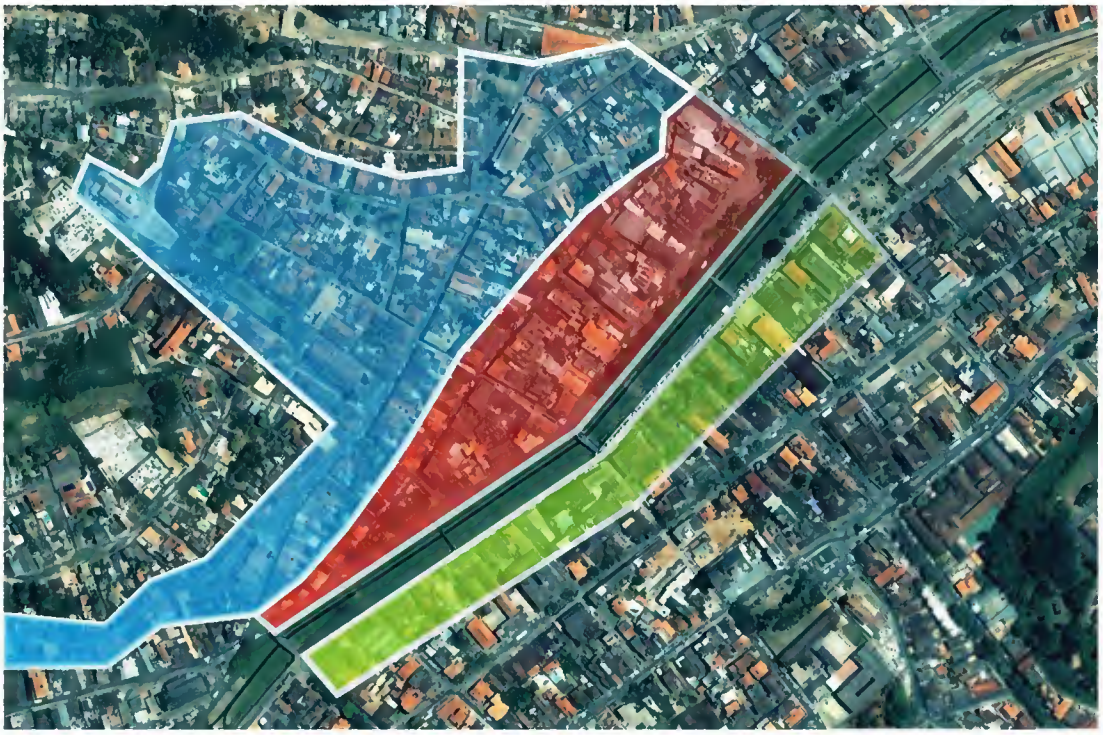
Figura 13. Casario eclético da Rua Direita.

O conjunto urbano que faceia a outra margem do córrego (Figuras 14, 15 e 16) também é outro exemplo. Composto predominantemente por edifícios que abrigam órgãos de governo, instituições públicas e particulares e centros de lazer e cultura - como é o caso do Teatro Municipal e da assim conhecida "Associação dos Sargentos", onde se realizam eventos e festas da cidade-, não apresenta o tipo de problema dos conjuntos da margem oposta. Apesar de haver também lá *trailers* instalados indevidamente, que atrapalham a visada do conjunto quando visto do outro lado do córrego, as edificações encontram-se em concordância com os usos que abrigam.

Figuras 14 e 15. Edificações do conjunto da Avenida Hermílio Alves, à outra margem do Córrego do Lenheiro.

Figura 16. Banco Bradesco: localizado na vizinhança do Teatro Municipal, na Avenida Hermílio Alves, é bom exemplo do respeito à arquitetura da edificação e ao conjunto urbano de que faz parte.

Demarcadas em uma foto aérea que demonstra a localização bastante próxima destas áreas apresentadas, assim elas se encontram relacionadas:



LEGENDA:

ÁREA COM PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL APROPRIADA

ÁREA COM PROBLEMAS DE PRESERVAÇÃO E CARÊNCIA DE GESTÃO PATRIMONIAL

TRECHO AUSENTE DE INTERFERÊNCIAS NEGATIVAS DECORRENTES DOS USOS INSTALADOS

Figura 17. Manchas do centro da cidade: conjuntos de características particulares na preservação e gestão do patrimônio.

Fonte: Adaptado de imagem obtida por fotogrametria aérea cedida pelo Escritório Técnico do IPHAN de São João del-Rei. 2005.

A partir da imagem anterior, claramente se percebe que a área de estudo conforma o núcleo do centro da cidade, para onde convergem as atenções e os fluxos relativos à procura pelo atendimento do comércio e do setor de serviços, e que esta área, pela proximidade com outras de significativo valor de preservação - como é o caso principalmente daquela demarcada em azul -, requer o devido cuidado. Pensando-se num planejamento a médio e longo prazo, a possibilidade de valorização ou mesmo de expansão da mancha pode comprometer seriamente as áreas vizinhas. Para se ter um exemplo, uma valorização do solo que leve a uma alteração nos parâmetros altimétricos pode afetar as visadas das torres das igrejas (Figuras 18, 19, 20, 21 e 22) situadas na área demarcada na imagem em azul. A gravidade disto incide não apenas sobre a paisagem da cidade, mas também no modo de vida dos seus habitantes, pois é costume situar-se a partir desses marcos.

Figura 18. Vista da torre da Igreja do Carmo a partir da Avenida Hermílio Alves.

Figura 19. Vista da torre da Igreja do Carmo a partir da Avenida Hermílio Alves em ponto onde o eixo visual se abre.

Figura 20. Edifício da Avenida Presidente Tancredo Neves: de altimetria discordante da apresentada pelo conjunto da avenida, compromete trecho do eixo de visada das torres das igrejas nas ruas atrás e exemplifica os efeitos de uma gestão patrimonial mal conduzida.

Figura 21. Vista da torre da Igreja do Rosário nas proximidades da Ponte do Rosário.

Figura 22. Vista da Igreja do Carmo no cruzamento do "Calçadão" com a Rua General Osório: esquina marcante na paisagem da cidade, mantém o efeito da perspectiva colonial barroca e é exemplo da necessidade de se respeitar os padrões altimétricos adequados para a área.

Partindo das análises realizadas, a área de intervenção, por fim, fica assim demarcada:

LEGENDA:
ÁREA DELIMITADA PARA ESTUDO E INTERVENÇÃO

Figura 23. Delimitação da área de estudo e intervenção no centro histórico de São João del-Rei.

Fonte: Adaptado de imagem obtida por fotogrametria aérea cedida pelo Escritório Técnico do IPHAN de São João del-Rei. 2005.

1.2. Justificativa

A importância da realização deste trabalho reside em duas instâncias fundamentais: a primeira, que abarca o território em São João del-Rei, compreende a necessidade de se desenvolver mecanismos de proteção e intervenção no patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade, ameaçado pelos conflitos da coexistência desarmoniosa entre edificações tombadas e a estabelecimentos do

setor comercial e de serviços; a segunda, que se desenrola de forma mais abrangente, consiste na proposta de se desenvolver uma metodologia aplicável às cidades coloniais que também enfrentam problemas semelhantes na gestão de seu patrimônio edificado.

Este trabalho também se mostra relevante quando considera que é preciso lidar com toda a conjuntura urbana, não isolando o problema de seu contexto e atentando ao processo natural de desenvolvimento das cidades e de alterações no desenho e imagem dessas cidades.

Especialmente no caso de São João del-Rei, vale salientar que a escolha do sítio se deu pelo fato de ser esta uma das primeiras cidades fundadas no Estado de Minas Gerais e, portanto, uma das principais guardiãs da sua história e dos seus valores. E a área recortada para estudo emoldura e ajuda a compor um dos principais cartões-postais da cidade: a paisagem composta pelo Córrego do Lenheiro e suas pontes coloniais de pedra.

Figura 24. Vista do canal do Córrego do Lenheiro. À esquerda, Avenida Hermílio Alves; à direita, Avenida Presidente Tancredo Neves e a área de intervenção.

Fonte: Disponível em: <http://lh3.ggpht.com/_fz2-_YaeGoU/SZ_OexJ4psI/AAAAAAAA1XI/fGGwllr1igY/60516-18.jpg>. Acesso em: 01/04/2009.

1.3. Objetivos

Este trabalho pretende, dentro dos preceitos que norteiam sua justificativa, avaliar os efeitos conflitantes na área de estudo, apontar novas diretrizes de conservação patrimonial para a cidade, parâmetros de regulação urbana específicos para a área selecionada e elaborar para esta última um projeto de intervenção que contemple melhorias nos aspectos arquitetônicos e urbanísticos.

Pretende-se também, para a avaliação dos efeitos da aplicação das diretrizes elaboradas, a criação de maquete eletrônica, que também poderá servir como instrumento de educação patrimonial na cidade, permitindo que a população e principalmente os vários agentes envolvidos no problema em questão tenham em mãos uma ferramenta que lhes possibilite antever os efeitos de suas intervenções na área.

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

2. DISCUSSÕES TEMÁTICAS

A cidade de São João del-Rei, tomada a partir de seu rico conjunto arquitetônico e urbanístico e da relevância que lhe é atribuída, foi no passado e permanece sendo alvo de estudos desenvolvidos por importantes instituições e pesquisadores do país e do exterior.

No ano de 1979, a Fundação João Pinheiro, instituição pública vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, realizou um extenso levantamento de dados a respeito do município que resultou no trabalho intitulado "Circuito do Ouro - Campos das Vertentes: diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei"[5], compartimentado em dois volumes. No conjunto da obra constam itens como a análise da formação histórica da estrutura urbana da cidade, análise do seu núcleo histórico, das características gerais do traçado viário, além de dados sócio-econômicos, demográficos e sobre a infra-estrutura. Estes itens, ao fim, conduzem à proposição de um modelo para o desenvolvimento da estrutura urbana, que inclui indicações de um zoneamento de uso e ocupação do solo, propostas para a preservação do núcleo histórico central e para o sistema viário.

No ano de 1983, a instituição publicou a obra "São João del-Rei: a região, a cidade, o patrimônio de história e de arte"[6], com três artigos de autores diversos. O primeiro, intitulado "A formação regional e os núcleos urbanos", discorre sobre o desenvolvimento da região da Grande Comarca do Rio das Mortes, uma das três constituintes do Campo das Vertentes, desde a época de sua formação, passando pelo período de decadência do ciclo do ouro e a adoção de outras alternativas econômicas pelas cidades inseridas nos limites da microrregião, a consolidação dos núcleos urbanos e a conformação dos seus sistemas viários até se chegar ao

---

[5] Cf. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Circuito do Ouro – Campos das Vertentes**: Diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. Belo Horizonte: FJP, 1979. 2 v.

[6] Cf. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **São João del-Rei**: a região, a cidade, o patrimônio de História e de arte. Belo Horizonte: FJP, 1983.

panorama mais recente, de forma que seja possível, dispondo as informações em ordem cronológica e associada, compreender a composição da paisagem urbana da localidade. No segundo artigo, intitulado "São João del-Rei – Etapas de desenvolvimento", há conteúdo semelhante, mas direcionado especificamente à cidade são-joanense. Já no terceiro, de título "São João del-Rei: patrimônio de história e arte", é feita uma apresentação das obras significativas da arquitetura religiosa, civil e oficial do município.

Em 1984, a Fundação João Pinheiro elabora outro trabalho a respeito da cidade. "São João del-Rei: como entender, viver e proteger a cidade"[7] é a publicação que se volta mais diretamente à questão da preservação patrimonial na cidade. Apresentada de forma bastante didática com emprego de croquis esquemáticos acompanhados de pequenos textos informativos, ela inicialmente trata de conceitos e elementos importantes para a compreensão do que é o espaço das cidades – por exemplo, formas originárias de ocupação do solo, organização espacial, conceito de teia de relações -, para depois voltar-se a São João del-Rei e desenhar um panorama da situação da cidade. Este panorama centra-se no núcleo histórico, o responsável pela caracterização mais marcante da cidade e também o mais frágil ao processo de desenvolvimento urbano. Contendo também um sintético - e bem elaborado - diagnóstico, a obra apresenta propostas para o correto aproveitamento do potencial desta área, que inclui ações de conservação e de melhorias urbanas, preocupando-se ainda em apresentar soluções para uma ordenada expansão da cidade para além dos limites do núcleo histórico, no sentido dos seus eixos periféricos de crescimento.

Mais recentemente, o centro histórico da cidade de São João del-Rei foi tomado como objeto de um trabalho também fundamentado no tema da preservação do patrimônio arquitetônico presente na área. O trabalho mencionado, realizado pelos professores doutores André Guilherme Dornelles Dangelo e Vanessa Borges Brasileiro nos anos de 2006 e 2007 sob a contratação pelo Escritório Técnico de São João del-Rei da 13ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio

---

[7] Cf. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **São João del-Rei**: como entender, viver e proteger a cidade. Belo Horizonte: FJP, 1984.

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apresentou-se em três etapas: a primeira consistiu na formação de um *corpus* teórico sobre o tema; a segunda, na revisão dos limites tombados no município e no seu entorno, que determinou a inclusão de novos conjuntos urbanos aos já existentes e a expansão dos limites originais de tombamento; a terceira, de elaboração de novas diretrizes para as zonas específicas determinadas dentro desses limites, uma vez tendo sido evidenciadas as lacunas na tutela dos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico na cidade.

Ainda com a participação dos professores André e Vanessa como coordenadores, há um trabalho atual junto à FAPEMIG que propõe a re-elaboração de metodologias de leitura, interpretação, intervenção e gestão dos sítios históricos, cujo objeto de estudo é, mais uma vez, a cidade são-joanense.

De maneira geral, a pesquisa no campo do patrimônio em Minas Gerais, apesar do rico e vultoso conteúdo, é ainda carente de uma maior expansão e aprofundamento, seja na área dos levantamentos históricos, nos trabalhos de tombamento, da atuação no restauro, na conservação de edificações e conjuntos ou na área de gestão, de forma que, aliado aos trabalhos que já vêm sendo realizados, este se conforma como um de seus desdobramentos e pretende enriquecer o conhecimento já produzido na área.

MÉTODO

3. MÉTODO

Para a realização deste trabalho, determinou-se, como etapa inicial, a realização de pesquisas acerca da temática - que incluem consultas a livros e fontes da internet – que servirão à elaboração do corpo teórico fundamentador da proposta.

Em seguida, realizar-se-á o levantamento do histórico do desenvolvimento da ocupação da cidade, por meio da captação de fotos e dados, para se entender a formação e transformação da imagem do centro histórico de acordo com os processos urbanos em curso ao longo do tempo. Isto paralelamente à pesquisa e análise de obras análogas ao tema do trabalho, a fim de que o conhecimento obtido a partir de propostas e projetos já realizados auxilie seu embasamento e condução.

Dando início às etapas práticas, realizar-se-á previamente uma avaliação das diretrizes e leis elaboradas para e pela cidade referentes à preservação patrimonial. Nesta etapa, a avaliação das diretrizes será feita tanto *in loco* quanto com a ajuda de maquetes eletrônicas, com representações da conformação atual da paisagem e de como ela poderia variar segundo diretrizes novas, a serem propostas então, posteriormente, de acordo com as necessidades identificadas.

Como produto final, será elaborado um projeto de intervenção para a área de estudo, que englobará a aplicação das novas diretrizes e medidas de requalificação urbana.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: POSTULADOS E CONCEITOS

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: POSTULADOS E CONCEITOS

4.1. A formação das cidades no decorrer do tempo: o conceito de palimpsesto

"Palimpsesto" é, originalmente, o nome dado ao tipo de manuscrito que na Antigüidade e, sobretudo na Idade Média, era reaproveitado, após ser raspado e polido, para a escrita de novos textos. Assim, compunha-se de duas camadas distintas, as chamadas de *scriptio inferior* e *scriptio superior*.[8]

Atualmente, o termo adquiriu outra conotação dentro das perspectivas arquitetônica e urbanística e é especialmente no urbanismo, quando trata do espaço construído das cidades, que ele se configura com maior veemência.

A história da humanidade, a partir do término do período nômade[9], relaciona-se diretamente à história das cidades, pois a ocupação do território evidencia, por exemplo, as práticas comunitárias de ordenamento espacial e lógicas construtivas que, intimamente, estão relacionadas a valores e saberes próprios.

Se tomarmos como exemplo a civilização grega, teremos um exemplo claro de como isto ocorre. As ruínas dos templos da acrópole de Atenas, a colunata remanescente do antigo espaço da ágora são relatos silenciosos, porém não menos eloqüentes, sobre a sociedade constituinte daquela *polis* na época clássica, às voltas do século V a.C.. A lógica de ordenamento do espaço - com três zoneamentos que correspondiam às áreas particulares das moradias, às áreas públicas e à área dos templos - a transposição de princípios matemáticos extraídos

---

[8] **E-dicionário de termos literários**. Edição e Organização de Carlos Ceia. Disponível em: < http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/index.htm> Acesso em: 20/03/2009.

[9] O período nômade compreende a fase do Neolítico (10000 a 5000 a.C.) em que os primeiros povos da Terra moviam-se sazonalmente pelo território, sem estabelecer-se nele definitivamente. Pode-se apontar o seu término em uma fase coincidente com a descoberta da agricultura e da pecuária, que condiciona a fixação daqueles povos em aldeias e os coloca na condição de sedentários, dando início aos primeiros núcleos de povoação.

das leis da natureza para o estabelecimento de proporções consideradas perfeitas; tudo isto diz sobre um povo que, após séculos de evolução da espécie humana, demonstrava o culto a uma racionalidade mais bem elaborada, à lógica, à ciência e à filosofia como métodos de se alcançar o entendimento e a perfeição.

As cidades do barroco europeu são outros exemplos de espaços eloqüentes. Os eixos de perspectivas plurais que geravam efeitos de movimento e dinamismo, e a arquitetura ricamente ornamentada, combinada com marcantes efeitos de luz e sombra e pinturas ilusionistas; ambos atuavam como elementos cenográficos para a retórica dos sistemas de governo dominantes: na França, a monarquia absolutista de Luís XIV; na Itália, a Igreja Católica, carente de atrair fiéis após o período da Reforma Protestante de Martinho Lutero.

Assim, pode-se perceber que o espaço urbano em toda a sua constituição é capaz de preservar e revelar detalhes da História. Porém, ele é constantemente modificado e dotado de novas significações. Tanto a cidade de Atenas quanto as cidades barrocas européias que existem na contemporaneidade não apresentam mais exatamente as mesmas características de suas respectivas épocas citadas. São cidades que atravessaram os séculos assistindo à transformação de seu território segundo o pensamento filosófico e/ou científico difundido em cada um deles e, em maior ou menor medida, puderam compor um “mosaico físico-temporal” que, por sua vez, é parte de um palimpsesto.

O palimpsesto, assim, compreende o reaproveitamento do espaço urbano, podendo ocorrer por duas vias distintas: a das relações sincrônicas e a das relações diacrônicas.

A relação sincrônica presente no espaço construído é aquela compreendida por construções datadas de uma mesma época e correspondentes a determinada forma de ocupação do território. O palimpsesto baseado nesse tipo de reação abarca demolições, a exemplo do que ocorreu com núcleos góticos antigos na Europa que foram destruídos para dar lugar a cidades renascentistas.

Já a relação diacrônica é aquela que compreende a associação de construções de épocas distintas num mesmo espaço, o que permite evidenciar com

maior clareza a trajetória do desenvolvimento de determinada cidade ao longo de sua existência. O palimpsesto baseado neste tipo de relação – desde que ela seja bem articulada – propicia uma leitura mais rica da paisagem urbana e, conseqüentemente, também uma mais rica interpretação da sociedade em cujo território ele acontece.

A quase totalidade das cidades no mundo existe hoje a partir de e com palimpsestos, conclusão a que se pode chegar sem nenhuma dificuldade. O que ocorre, porém, é que eles podem ou não ser bem aplicados e então gerar ou não cenários urbanos de qualidade, bem como degradar ou apagar os tão importantes vestígios do passado necessários à memória e identidade das comunidades.

Neste contexto, insere-se a noção de patrimônio histórico, a grande responsável por conduzir a salvaguarda desses tão preciosos vestígios.

4.2. Patrimônio histórico: breve histórico de significados, posturas e políticas específicas adotadas ao longo da História

O conceito de patrimônio histórico abriga, acima de tudo, uma mentalidade. Assim como ficou evidenciado na História, a preocupação com a preservação dos vestígios do passado se configurou em posturas e atitudes distintas desde a data da criação do termo, que se situa no período do *Quattrocento* italiano, por volta de 1420. A data coincide com o período de afloração do Renascimento e do culto à Antigüidade Clássica, o que contribui para o despertar de um outro olhar sobre as obras.

Anteriormente a esta época, as políticas voltadas para a preservação dos monumentos, edificações e demais objetos de arte eram inexistentes. Havia uma espécie de conservação involuntária que era, ao mesmo tempo, mutilante. Acontecia, por exemplo, de fragmentos de colunas de edifícios importantes serem transportados para outros lugares a fim de servirem como ornamento e lá podiam ou não manter-se preservados respeitando-se sua integridade, mas certamente ficavam

ausentes de seu espaço original de significação. Somente a partir da década de 1430 é que se assiste à adoção de algumas medidas objetivas de conservação que visam à proteção dos edifícios das agressões de que usualmente eram alvo.

No século XV, assiste-se a duas importantes e distintas abordagens do testemunho histórico capaz de ser transmitido pelos monumentos e que influenciam na temática da preservação. Os seus defensores são os humanistas e os antiquários, dois grupos também distintos entre si, mas reunidos em torno do interesse pela Antigüidade. Para os primeiros, os vestígios materiais tinham a função de apenas ilustrar ou ratificar as afirmações dos autores antigos, pois acreditavam que o relato através da palavra escrita era a fonte mais confiável de obtenção do conhecimento. Para os antiquários, porém, o passado se revelava mais fielmente por meio da materialidade das obras de arte e monumentos. A sua dimensão física palpável era capaz de proporcionar melhor um conhecimento que por vezes podia escapar aos textos dos antigos.

A abordagem dos humanistas de certa forma prevaleceu sobre a dos antiquários e foi levada adiante pelos séculos seguintes, servindo como ponto de partida, inclusive, para a realização de um extenso trabalho de pesquisa que resultou numa espécie de "conservação iconográfica". Nesta forma de conservação, o monumento, desde que estivesse documentado através de desenho que o retratasse com fidelidade, não mais necessitava existir, podendo ser condenado à demolição ou outro fim que desconsiderasse a manutenção de suas características originais.

Já em 1789, com a Revolução Francesa, ocorreu uma mudança radical de postura que deveu-se, em boa medida, a atitudes políticas. Quando os comitês revolucionários assumiram o governo, primeiramente transferiram os bens do Clero, da Coroa e dos Emigrados para a nação; em seguida, realizaram uma "destruição ideológica" desses bens, que culminou em uma reação que não visava " apenas à conservação das igrejas medievais, mas, em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio nacional." (CHOAY, 2001, p. 97)

O advento de um interesse comum pela preservação do patrimônio nacional culminou, primeiramente, na adoção da metáfora do espólio e na necessidade de se preservar as obras sob a pena de prejuízo financeiro, o que levou gradativamente ao abandono da prática da conservação iconográfica. Já num segundo momento, a postura adotada sob a égide da noção de patrimônio e do interesse de se preservar indiscriminadamente aquilo que pudesse referenciar a nação gerou o efeito negativo de homogeneização dos valores das obras de arte e monumentos.

Em 1820 o monumento histórico entra de fato na sua fase de consagração, que desfecha em 1964 com a redação da Carta de Veneza. E é no período compreendido entre esses dois marcos que as teorias mais influentes acerca do patrimônio irão se desenrolar.

O período do romantismo exerceu uma importante influência na atribuição de novos valores aos monumentos, que passaram a ser vistos com o apelo a uma "emoção estética". As ruínas, o pitoresco, exerceram sua influência também na formação de uma doutrina de restauração defendida por John Ruskin, primeiro grande pensador da temática patrimonial, que pregava uma não-intervenção regeneradora admitindo que os edifícios, assim como os homens, tinham sua época de nascer, viver e morrer. Para ele, o máximo que se podia fazer por aqueles edifícios já em estado de ruínas era dar-lhes suporte estrutural para que, consolidados, se mantivessem erguidos pelo tempo que lhes restasse.

Ruskin foi o responsável pela introdução, no conceito de monumento histórico, da arquitetura doméstica e pela inclusão dos conjuntos urbanos no universo memorial a ser preservado, feitos que posteriormente seriam retomados e aprofundados na obra do italiano Giovannoni.

Viollet-le-Duc, arquiteto francês que pertencia a uma corrente contrária à de Ruskin, defendia uma postura intervencionista e, ao contrário do inglês, admitia a recomposição de um edifício a um estado anterior que jamais poderia ter existido, ou ainda a uma concepção "ideal" dos monumentos históricos.

Seguindo-se a Ruskin e Le-Duc, Camilo Boito, arquiteto italiano, conjugou as doutrinas dos dois arquitetos em uma propriamente sua. Boito acreditava que a

restauração era paliativa e só poderia ser executada i*n extremis*, quando todos os outros meios de salvaguarda do patrimônio (manutenção, consolidação, pequenos reparos) tivessem se esgotado. E, uma vez executada, deveria ser marcada na obra de forma ostensiva, para que o trabalho realizado não confundisse o espectador passando-se por original.

Alois Riegl, historiador vienense nascido em meados do século XIX foi quem, entretanto, realizou o trabalho mais ambicioso em relação às condutas ligadas aos monumentos históricos. Riegl lhes atribuiu uma dupla abordagem histórica e interpretativa. Na primeira, foram atribuídos aos monumenos dois valores distintos: os *Erinnerungswerte* (valores de rememoração) e os *Altertumswert* (valores de contemporaneidade). Já na abordagem interpretativa, havia o valor histórico, que remetia a um saber específico acerca da obra, e o valor de ancianidade, perceptível por todos e capaz de proporcionar uma sedução fácil, remetendo à comoção pelas marcas do tempo e podendo, assim, ser comparado ao valor ruskiniano de referência.

Mas, enquanto coube a Riegl a autoria do trabalho mais ambicioso relacionado às condutas referentes aos monumentos, coube a Gustavo Giovannoni a autoria do trabalho mais abrangente sobre patrimônio. Ele definitivamente afirma a inclusão dos conjuntos urbanos neste universo de preservação feita anteriormente por Ruskin, fazendo com que o termo "patrimônio" ultrapasse o limiar das obras de arte, dos monumentos e da arquitetura e alcance os espaços urbanos.

4.3. Leitura dos conjuntos urbanos: da apreensão à formulação de estratégias de preservação e/ou intervenção

A invenção do patrimônio urbano histórico relaciona-se diretamente à inserção do espaço no estudo das cidades e à fundação da disciplina que Cerdá denominou de "urbanismo", fatos que ocorrem no período seguinte à Revolução

Industrial do século XVIII. Assim, cerca de 400 anos separam a invenção da cidade histórica da invenção do monumento histórico.

Os fatores que contribuíram com a relativa demora da inserção do espaço urbano nas análises históricas foram, principalmente, sua escala e sua complexidade, que requeriam métodos mais elaborados de leitura e interpretação. Por outro lado, o favorecimento nasceu exatamente da mesma urbanização que via os centros antigos como entraves à expansão urbana. Foi por efeito de contraste entre os novos e velhos conjuntos que a cidade antiga se converteu em objeto de conhecimento e passou a ser estudada com critérios científicos.

O arquiteto italiano Gustavo Giovannoni foi o responsável pela criação do termo "patrimônio urbano" e foi ele quem elaborou, em princípios do século XX, uma doutrina de conservação e restauração desse patrimônio, possível de ser resumida em três grandes princípios fundamentais:

> *Em primeiro lugar, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, 'pela manutenção do caráter social da população.*
>
> *Em seguida, o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da arquitetura maior e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou "destacar" um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial.*
>
> *Finalmente, preenchidas essas primeiras condições os conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e de restauração análogos aos que foram definidos por Boito para os monumentos. Transpostos para as dimensões do fragmento ou do núcleo urbano, eles têm por objetivo essencial respeitar sua escala e sua morfologia, preservar as relações*

originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito. "Não se poderiam excluir os trabalhos de recomposição, de reintegração, de desobstrução." Admite-se, portanto, uma margem de intervenção limitada pelo respeito ao ambiente, esse espírito (histórico) dos lugares, materializado em configurações espaciais.[10]

Analisando-se os princípios de Giovannoni, pode-se verificar que buscam, em síntese, a integração. No primeiro princípio, ela ocorre entre os fragmentos urbanos de valor histórico e o cotidiano da vida nas cidades, de forma que essas porções do território não terminem se convertendo em espaços simplesmente museais[11]. No segundo, a integração se dá entre o conjunto e seu entorno, abordagem de grande relevância para a apreensão dos conjuntos urbanos enquanto parte de um todo dotado de significado. No terceiro e último, a integração que se pretende é entre a técnica de preservação e restauração e a natureza do fragmento ou núcleo urbano.

Por fim, diante da coerência e da propriedade com que se apresentam, são os princípios de Giovannoni, que inclusive orientam grande parte das práticas contemporâneas de intervenção no patrimônio, que são elencados para permear a elaboração do projeto de intervenção proposto por este trabalho; por fornecerem os meios para uma abordagem mais ampla e contextualizada dos conjuntos urbanos e parâmetros de intervenção adequados à importante e estratégica manutenção do "espírito histórico dos lugares".

---

[10] CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001. p. 200-201. Título original: L'allégorie du patrimoine.

[11] "A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida." Cf. CHOAY, op. cit. p. 191.

OBRAS DE REFERÊNCIA

5. OBRAS DE REFERÊNCIA

5.1. A cidade de Évora, em Portugal

A cidade de Évora é indissociável de uma essência histórica. Plasmada nos seus monumentos, nas suas ruas tortuosas, nos seus largos e solares, nos jardins particulares e nos vestígios arqueológicos, é notória a associação entre antiguidade (sic) e a vivência contemporânea do atual Centro Histórico.

Évora, cidade localizada no centro da região do Vale do Alentejo, em Portugal, possui dois mil anos de uma rica história que nasce, em parte, de sua posição estratégica em um ponto de cruzamento de importantes vias de ligação do território e que em séculos passados serviam como rotas comerciais. A cidade, assim, acabou se tornando o centro político e social das civilizações que ocuparam e deixaram suas marcas no território português.

Figura 25. Desenho do centro histórico de Évora.

Fonte: Disponível em: <maisevora.blogspot.com/2007_02_01_archive.html>. Acesso em: 10/04/2009.

Os vestígios da ocupação desses povos, principalmente romanos e muçulmanos, podem ainda ser verificados na cidade. Dos romanos, herdou o traçado urbano e as edificações monumentais (Figura 26); dos muçulmanos, as vias tortuosas presentes na parte mais antiga do núcleo histórico (Figura 27).

Figura 26. Ruínas romanas no centro histórico de Évora.

Fonte: Disponível em: <http://www.malhatlantica.pt/netescola/patmundial/evora> Acesso em: 10/05/2009.

Figura 27. Via de herança muçulmana na parte mais antiga do centro histórico.

Fonte: <http://escapadelas.com/files/images/Evora>. Acesso em: 10/05/2009.

A formação de Évora na História abrange significativos – e extensos - períodos de expansão urbana, a exemplo do que ocorreu na Baixa Idade Média, período compreendido pelos séculos XI ao XV. Nesta época, o tecido urbano ultrapassou os limites da muralha que originalmente contornava a cidade e demandou a construção de uma outra, a chamada "Cerca Nova", no século XIV. Um pouco antes, a cidade também já deixava marcas de sua fase de prosperidade através da arquitetura com o início da construção da Sé Catedral (Figura 28),

importante monumento que "simboliza um período de transição cultural, social e artístico em Portugal"[12].

Figura 28. Vista aérea da cidade de Évora com a Sé Catedral ao centro.

Fonte: Desconhecida.

De fato é no século XIV que o prestígio da cidade aumenta consideravelmente e isto se converte fisicamente no espaço urbano com a incorporação de um traçado que buscava o ordenamento do território e de edificações grandiosas e marcantes na paisagem da cidade. Há destaque também para a famosa Praça do Giraldo (Figura 29), que então atuava como um pólo irradiador de sua organização urbana.

[12] CÂMARA Municipal de Évora. Apresenta itinerários históricos, arqueologia com bibliografia e mapa interativo da cidade, além de outros assuntos e notícias referentes ao órgão. Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/conteudos/areas+tematicas/centro+historico/Nota+Histórica1.htm> Acesso em: 10/04/2009.

Figura 29. Fotografia da Praça do Giraldo provavelmente datada de princípio do século XX.

Fonte: Disponível em: <http://arquivo.forum.autohoje.com/topic.asp?TOPIC_ID=37312&whichpage=65>. Acesso em: 10/05/2009.

Na fase do Renascimento, Évora também recebeu exemplares arquitetônicos e de engenharia notáveis, a exemplo da Igreja e do Convento da Graça e dos aquedutos Sertoriano e da Água da Prata.

Durante o período da União Ibérica, quando se deu a fusão das coroas de Portugal e Espanha, e no período que se seguiu à fase da Restauração, a cidade perdeu parte de sua importância sócio-econômica e os exemplares arquitetônicos erguidos nessa época afiguravam-se mais simples se comparados à riqueza de algumas das suas construções mais antigas.

Passando-se à época contemporânea, no século XX Évora assistiu a uma nova urbanização principiada pela incorporação de novos usos aos espaços tradicionais. Seus tecido e edifícios antigos buscaram então adequar-se à nova demanda, quando não ocorreu de serem demolidos pela política nacional de

restauro adotada pelo Estado Novo[13], que promoveu várias demolições e moldou um outro cenário urbano, passível de ser visto sob a ótica do conceito de palimpsesto baseado em relação diacrônica.

Por fim, pode-se ressaltar que a conjugação dos vestígios das diversas épocas pelas quais a cidade passou se dá de forma harmônica em notável singularidade, característica esta que contribuiu para que lhe fosse concedido o título de Patrimônio da Humanidade no ano de 1986.

5.1.1. Trabalhos empreendidos para estudo, análise, diagnóstico e intervenção na área do Centro Histórico

"(Como se Évora)... a si mesmo se tivesse contemplado e portanto compreendido que só existe um modo de perenidade capaz de sobreviver à precaridade (sic) das existências humanas e das suas obras: segurar o fio da história e com ele bem agarrado avançar para o futuro."

José Saramago

Évora constitui um conjunto urbano bastante particular dentro do território português, e por isso durante os séculos XX e XXI a cidade foi amplamente estudada a fim de se desvendar as problemáticas que se desenrolavam no seu tecido urbano, sobretudo nas áreas antigas. Atualmente estes estudos continuam em desenvolvimento e têm como ponto de partida o núcleo de origem romana, que especialistas acreditam ser a fonte de grande conhecimento a respeito do processo de formação da cidade.

O fato é que, por defasagem nas metodologias de leitura do espaço urbano, esse conhecimento acerca da forma como os sucessivos tecidos foram se

[13] Estado Novo foi o nome dado, em Portugal, ao regime ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar que vigorou por 41 anos no país, estendendo-se de 1933 a 1974.

conjugando e moldando a paisagem da cidade ainda não foi alcançado, mesmo com o trabalho de profissionais bem capacitados.

Foi então diante deste problema que, por volta de 2006, o Departamento do Centro Histórico, Patrimônio e Cultura do município iniciou um grande projeto de levantamento de dados documentais e arqueológicos da cidade, a fim de tentar sanar a carência da cidade por este tipo de conteúdo, que posteriormente também servirá para auxiliar a gestão do patrimônio e dotar a cidade de material que proporcione as bases para o desenvolvimento e continuidade de pesquisas históricas.

Na primeira etapa do projeto, o produto elaborado foi uma base cartográfica composta por cinco mapas geo-referenciados que recompõem o tecido urbano de Évora em épocas remotas de seu passado. O mapa 1 (ANEXO A) apresenta a conformação territorial da cidade do século I a.C. ao IV d.C; o mapa 2 (ANEXO B), do século IV d.C. a 1165; o mapa 3 (ANEXO C), de 1166 a 1495; o mapa 4 (ANEXO D), de 1495 a 1580 e o mapa 5 (ANEXO E), de 1580 a 1850; todos relacionados a períodos importantes da história do município.

Ainda como parte do projeto, foi realizado um diagnóstico dos pontos sensíveis a serem tratados/solucionados no centro histórico do município, que compreendem itens como: preservação do patrimônio, infra-estrutura, mobilidade, comércio, turismo, entre outros.

Estes trabalhos relacionam-se com o lema "conhecer para intervir" adotado também como estratégia para a gestão do patrimônio em Évora. Essa estratégia, por sua vez, baseia-se em uma metodologia organizada em três linhas de conteúdo.Na primeira, este conteúdo diz respeito ao inventário do tecido edificado, à reconstituição das "Évoras do passado", à criação do Centro Interpretativo do Convento dos Remédios e do Centro de Arqueologia. A segunda linha compreende o "Master Plan", que consiste no "enquadramento estratégico de matriz operativa, reflectindo (sic) uma visão pública nos procedimentos da reabilitação urbana e

visando acções (sic) integradoras e sustentáveis"[14] e ao cumprimento dos "desafios da política de cidades POLIS XXI (regeneração, competitividade, autenticidade e integração regional)."[15] A terceira linha, bem mais abrangente que as duas primeiras, corresponde à revisão do Plano de Urbanização do município dentro dos critérios de maior rigor e mais flexibilidade, a continuação dos programas de reabilitação de habitação presentes na cidade, a continuação da reabilitação de equipamentos, espaços públicos e monumentos e melhorias urbanas que contemplem as necessidades por áreas para estacionamento e medidas que promovam boas condições de mobilidade e acessibilidade aos habitantes e visitantes da cidade.

Figura 30. Fotografia da Praça do Giraldo atualmente: ponto de encontro de moradores e turistas emoldurado pelo conjunto de edifícios preservados.

Fonte: Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/conteudos/areas+tematicas/centro+historico/Nota+Histórica1.htm>. Acesso em: 16/05/2009.

---

[14] CÂMARA Municipal de Évora. Op.. cit. Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/conteudos/areas%20tematicas/centro%20historico/Conhecer%20para%20intervir.htm>

[15] Ibidem.

5.1.2. Apreciação

"Irei a Évora descobrir o branco
A ogiva o arco a rosácea a nave
A praça como pátio
O pátio como praça
Nada destrói a intimidade
Da sua humana geometria. Irei a Évora para encontrar
A perdida harmonia."

Manuel Alegre

A cidade de Évora constitui-se, enquanto obra de referência, fonte demasiadamente rica para a realização do trabalho proposto para a cidade de São João del-Rei. A princípio, por ambas possuírem em comum a relevância histórica em seus respectivos locais de inserção e por Évora, tal como o núcleo são-joanense, haver apresentado, em épocas anteriores e recentes, problemas no seu núcleo histórico.

O relevo concedido ao exemplo da cidade portuguesa, porém, se justifica pela qualidade das medidas e políticas adotadas pelos órgãos públicos, que foram baseadas em um plano estratégico de implementação em curto, médio e longo prazos e possibilitaram a cidade de inserir-se numa perspectiva de desenvolvimento ordenado, conciliando as atividades comerciais e turísticas com a preservação de seu precioso patrimônio. O destaque também incide sobre a percepção de que esta preservação ultrapassa o caráter conservacionista e passadista e atinge a própria manutenção daquelas atividades na cidade. Desta forma, não apenas a administração pública engajou-se na proposta, mas a cidade como um todo, congregando esforços comuns e assim conseguindo obter resultados melhores e mais satisfatórios.

5.2. Projeto "Corredor Cultural", no Rio de Janeiro

O tradicional bairro da Lapa, localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro, apresenta um rico conjunto arquitetônico acumulado ao longo do seu processo de formação e consolidação. E o aspecto urbanístico também ganha destaque, pois nesse trecho houve, ao longo do século XIX, diversas intervenções que deixaram suas marcas no espaço conformando um palimpsesto.

Figura 31. Vista do Bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.

Fonte: SCHULER, Denise. **Estudo de caso**: Corredor Cultural Rio de Janeiro. Disponível em: <www.fag.edu.br/professores/deniseschuler/.../estudo%20de%20caso_corredor%20cultural%20-%2005%20junho.ppt>. Acesso em: 24/04/2009.

Na década de 20, a região passou pela reforma do plano de Agache, que incorporou à área um traçado com avenidas largas e prédios institucionais. Na década de 40, assistiu à abertura da Avenida Presidente Vargas e à demolição de alguns edifícios por parte do governo militar. Na década de 50, viu começar a construção das vias de trânsito rápido e dos viadutos junto da construção dos edifícios do chamado "*International Style*".

O cenário que nasceu desse conjunto de transformações foi o de uma coexistência conflituosa entre uma zona moderna, com os setores comercial e institucional predominantes, e uma zona residencial de casario eclético, com ruas estreitas e comércio local. O resultado foi a degradação dos espaços públicos, que, comprometidos pela circulação dos automóveis, a exemplo das praças, ficaram abandonados.

No final dos anos 70 foi então criado o Projeto Corredor Cultural, que surgiu com o objetivo de reverter o quadro negativo gerado pelas intervenções e foi conduzido por diretrizes elaboradas para cada setor a ser atendido. A diretriz de cunho social pautava-se pela decisão de ouvir os segmentos envolvidos, envolvendo-os no processo de tomada de decisões do projeto; a de cunho econômico pautava-se pela manutenção do comércio local conferindo-lhe competitividade a partir da valorização do seu espaço de instalação; a de cunho ideológico visava evitar a mentalidade "destrutiva" das intervenções anteriores para então se adotar uma diretriz de cunho cultural que consistia em resgatar o papel simbólico do passado como fonte de saber para o presente e condutor do futuro.

5.2.1. A implementação do projeto

A implementação do projeto do Corredor Cultural teve início com sua regulamentação através da criação de lei específica (ANEXO F), que delimitou na área zonas de interesse histórico e arquitetônico com restrições de ocupação e uso do solo, determinou o levantamento (Figura 32) e tombamento de imóveis a serem protegidos e criou parâmetros de intervenção a serem praticados nas edificações (Figuras 33, 34 e 35) e na área como um todo (Figura 36).

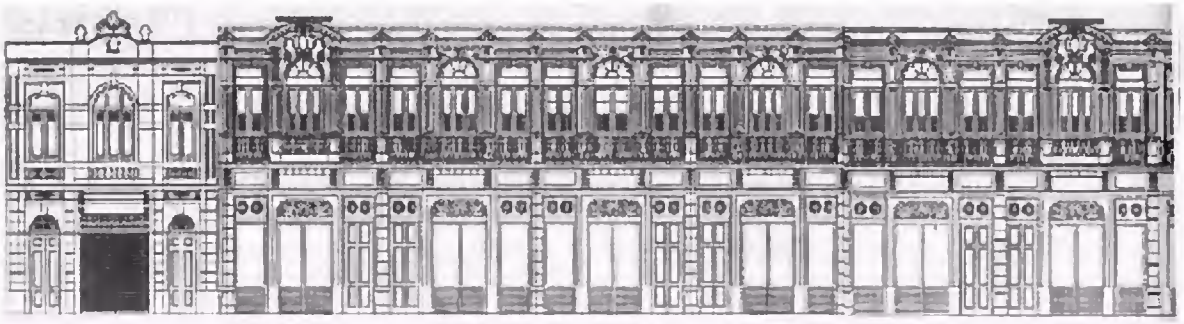


Figura 3 – Bairro da Lapa; conjunto arquitetônico único. Em processo de recuperação
(Jornal do Brasil, Caderno Cidade, pg. 19; 2ª ed.; 29/05/2001)

Figura 32. Registro do levantamento de edificação tombada no conjunto do Corredor Cultural.

Fonte: SCHULER, Denise. Op. cit.

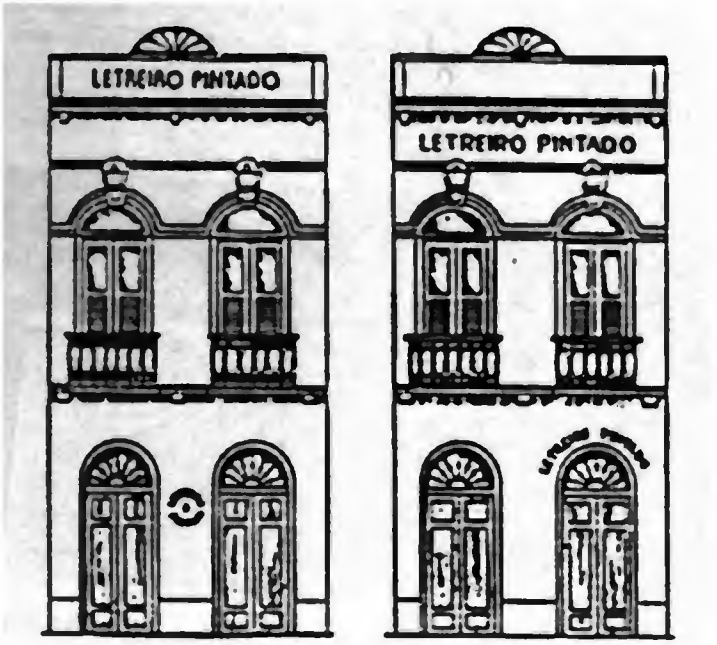


Figura 33. Anúncios pintados. O seu posicionamento nos diferentes pavimentos de acordo com as normas.

Fonte: SCHULER, Denise. Op. cit.

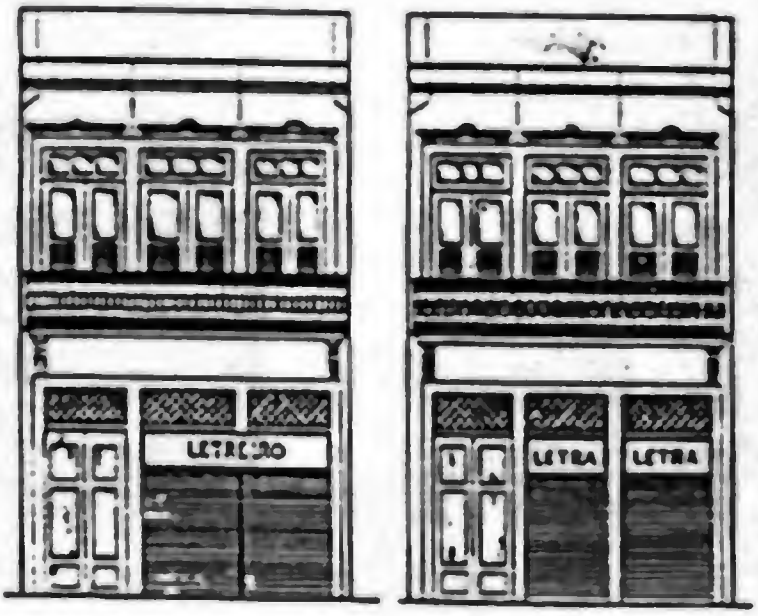


Figura 34. Anúncios paralelos à fachada. O seu posicionamento no pavimento térreo em função dos vãos de portas existentes.

Fonte: SCHULER, Denise. Op. cit.

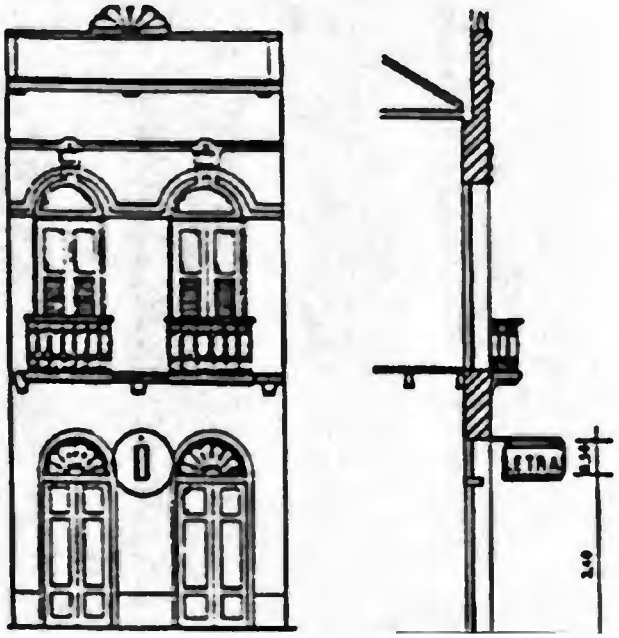


Figura 35. Anúncios perpendiculares à fachada. O seu posicionamento no pavimento térreo em função dos locais permitidos para sua fixação.

Fonte: SCHULER, Denise. Op. cit.

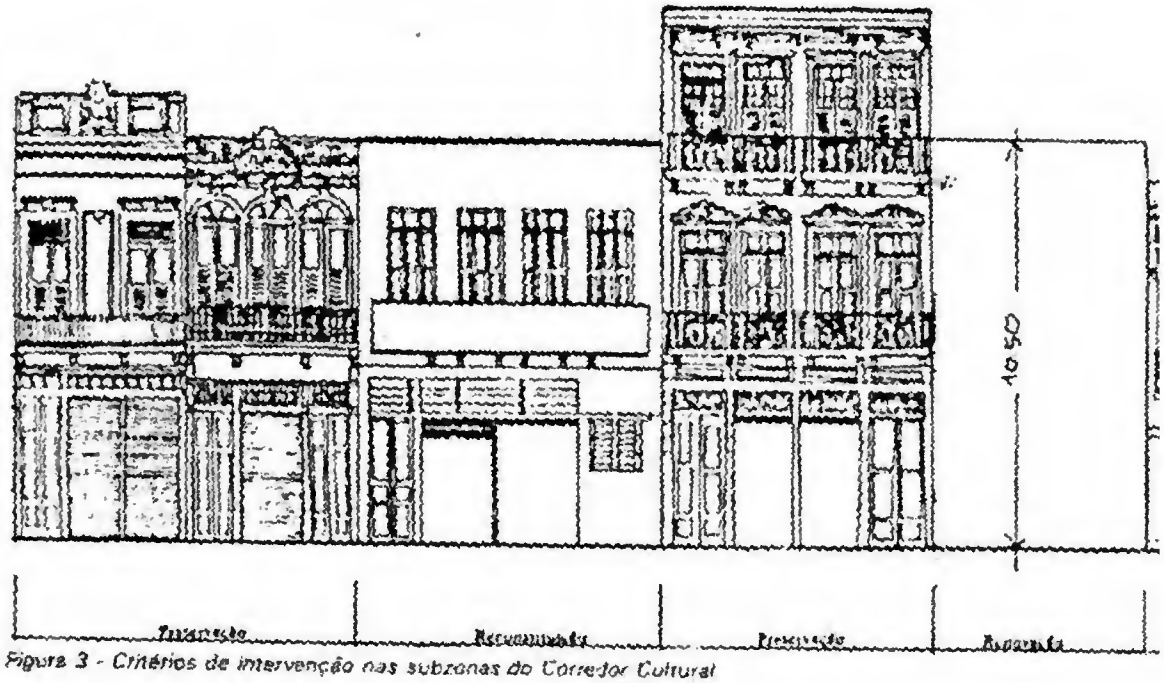


Figura 36. Estudo de estratégias de intervenção para conjunto urbano do Corredor Cultural.

Fonte: SCHULER, Denise. Op. cit.

Alguns itens foram considerados com bastante cuidado. A conformação da morfologia da área, por exemplo, demandou solução específica para os espaços de transição entre a zona moderna e a zona mais antiga, onde foi definido um gabarito intermediário para evitar o efeito desagradável de um brusco contraste altimétrico (exemplo na Figura 36).

Dentre as vias existentes, foram identificadas aquelas com potencial para se tornarem percursos de pedestres e, para que pudessem ser implantadas, outras vias de circulação de automóveis foram fechadas. Com a possibilidade de caminhar livremente, as pessoas aproximaram-se mais dos espaços do patrimônio, tendo mais possibilidade de vivenciá-los e aproveitá-los.

O projeto se estendeu também para além dos limites da área principal de implantação, abrangendo intervenções em sítios históricos relevantes nas imediações.

5.2.2. Apreciação

O Projeto Corredor Cultural, na capital carioca, apesar de haver sido adotado em contexto diverso do que há na cidade de São João del-Rei, constitui-se uma obra de referência importante pelo conjunto de diretrizes e normas de regulação urbanística adotadas para o conjunto de edificações que compõem a área do projeto. Além disso, as estratégias de valorização e humanização dos espaços condizem com a realidade são-joanense e com as propostas preliminarmente pensadas para a cidade mineira, o que ratifica a validade da seleção do projeto como modelo.

PROPOSTA PRELIMINAR

6. PROPOSTA PRELIMINAR

Para a elaboração de uma proposta preliminar de intervenção na área delimitada do centro histórico de São João del-Rei, além do pré-diagnóstico envolvendo a questão patrimonial, realizaram-se estudos da composição do território tendo em vista a organização espacial das edificações e outros componentes da paisagem urbana, como os espaços de circulação, praças e eixos de visadas. (APÊNDICE A)

6.1. Diretrizes e estratégias

Partindo-se do pré-diagnóstico elaborado para a área delimitada no centro histórico de São João del-Rei, pode-se definir algumas diretrizes e estratégias de intervenção:

- promover a (re)composição da paisagem urbana:

  Estratégias:

  - especificação de engenhos de publicidade adequados à inserção nas fachadas dos edifícios:
    - indicação a partir de relação de proporção entre área da fachada e área do engenho
  - proposição de modelos de elementos passíveis de serem dispostos nas fachadas dos edifícios:
    - indicação a partir de “diálogo arquitetônico” entre fachada e elemento
  - proposição de cartela de cores aplicáveis aos edifícios

- promover a (re)qualificação do espaço urbano:

  Estratégias:

  - alterações viárias que melhorem a mobilidade e acessibilidade do pedestre:

    Estratégia:

    - inversão do sentido da mão de vias estratégicas
    - adoção de medidas de *traffic calming* a fim de privilegiar o pedestre e diminuir os efeitos negativos do tráfego no centro histórico[16]
  - implantação de mobiliário urbano adequado à área;
  - inserção de áreas verdes em espaços propícios;
  - tratamento de espaços residuais ou subutilizados;

- inserir os conjuntos urbanos em um plano estratégico de desenvolvimento ordenado, contemplando:
  - criação de um micro-zoneamento sujeito a diretrizes e parâmetros de regulação urbanística;
  - criação de mecanismos e material de incentivo à educação e preservação patrimoniais para a sociedade

[16] Esta medida não se justifica tão somente pelo desejo de melhorias à mobilidade urbana e acessibilidade universal na área de intervenção. Busca também, aproveitando-se do potencial urbanístico da área, estimular o andar a pé para a apreensão e vivência dos espaços urbanos, com base no conceito do "*flâneur*" e na "Teoria da Deriva", de Guy Debord.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	MESES							
	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Definição da proposta temática para o Trabalho Final de Graduação	X							
Pesquisa (bibliográfica, documental, via web) e levantamento fotográfico	X	X	X	X				
Organização dos dados coletados			X	X				
Elaboração de diagnóstico			X	X				
Modelagem digital			X	X	X			
Elaboração do projeto				X	X	X	X	X
Montagem de apresentação para a banca final de avaliação do projeto							X	X

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

CÂMARA Municipal de Évora. Apresenta itinerários históricos, arqueologia com bibliografia e mapa interativo da cidade, além de outros assuntos e notícias referentes ao órgão. Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/> Acessos entre acesso em: abril e junho de 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001. 282p. Título original: L'allégorie du patrimoine.

DUARTE, Fábio; CZAJKOWSKI JÚNIOR, Sérgio. **Cidade à venda**: reflexões éticas sobre o marketing urbano. Rio de Janeiro, 2007.

E-dicionário de termos literários. Edição e Organização de Carlos Ceia. Disponível em: < http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/index.htm> Acesso em: 19/04/2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Circuito do Ouro – Campos das Vertentes**: Diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana de São João del-Rei. Belo Horizonte: FJP, 1979. 2 v.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diagnóstico de São João del-Rei**. Belo Horizonte: FJP, 1984. 3 v.

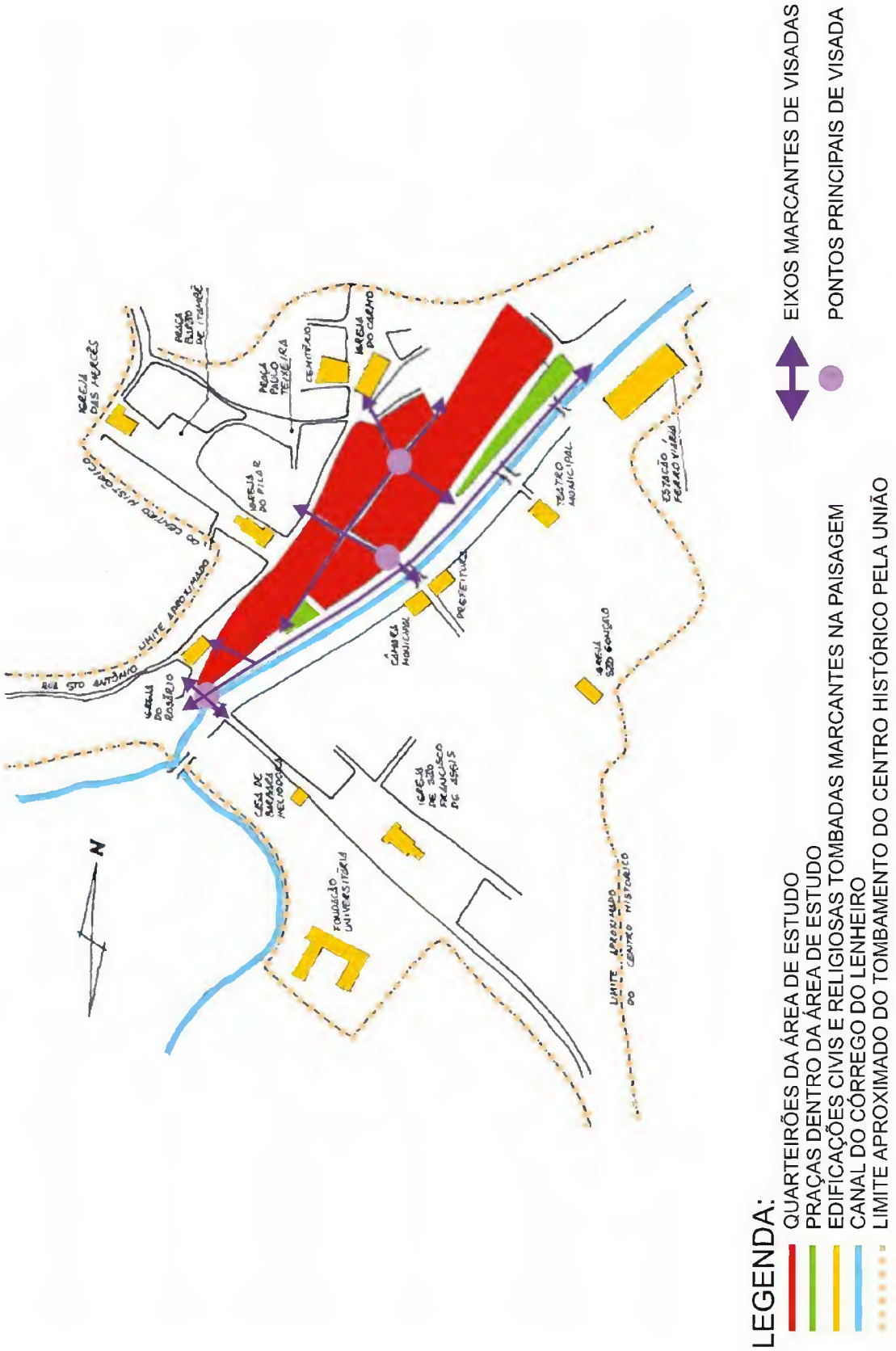
SÃO JOÃO DEL-REI (MG). **Plano Diretor Participativo do Município de São João del-Rei**. São João del-Rei, MG: Prefeitura Municipal, 2006. 41p.

SCHULER, Denise. **Estudo de caso**: Corredor Cultural Rio de Janeiro. Disponível em: <www.fag.edu.br/professores/deniseschuler/.../estudo%20de%20caso_corredor%20cultural%20-%2005%20junho.ppt> Acesso em: 24/04/2009.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 124 p.

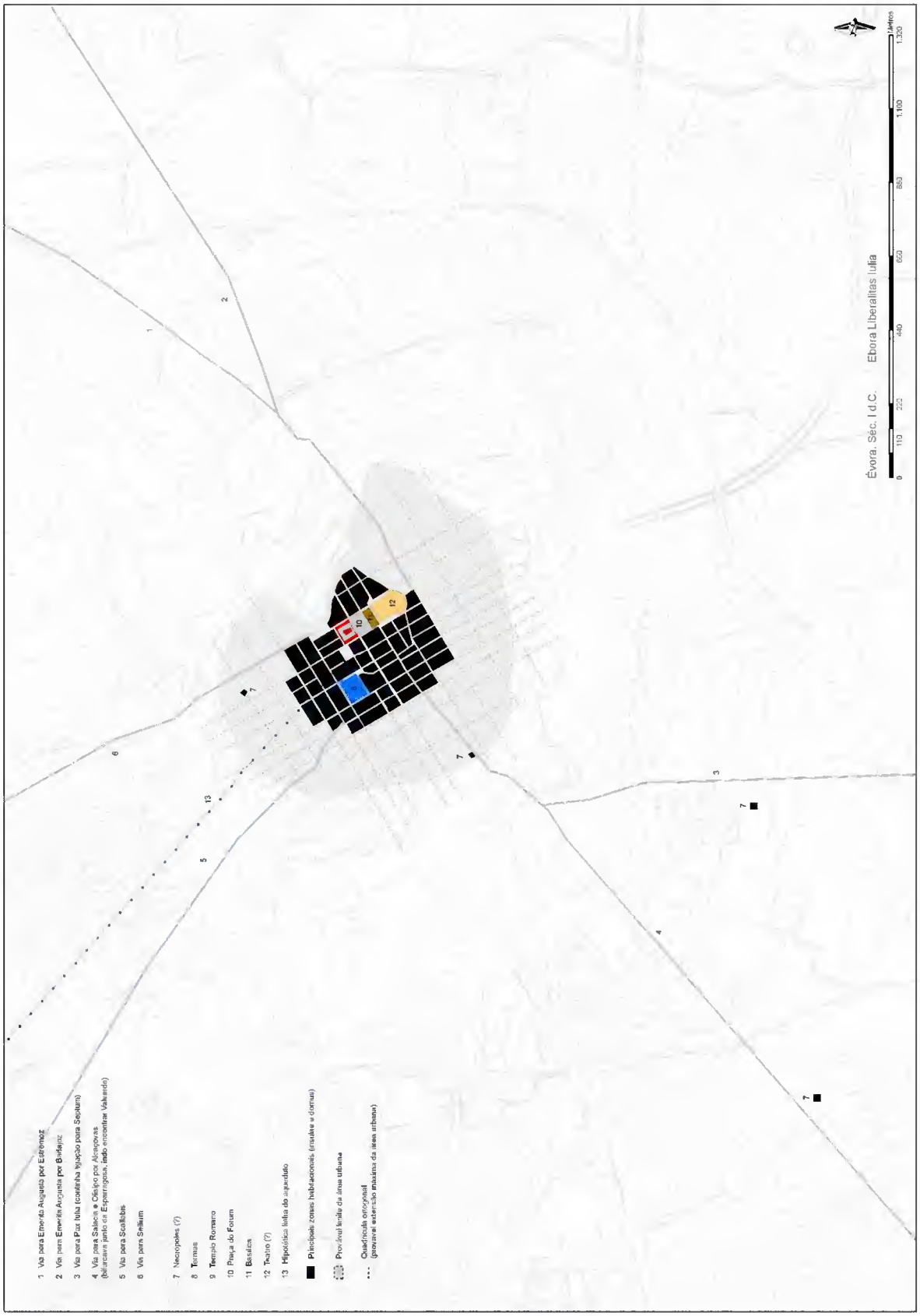
APÊNDICE

APÊNDICE A – Estudo da composição territorial do centro histórico de São João del-Rei



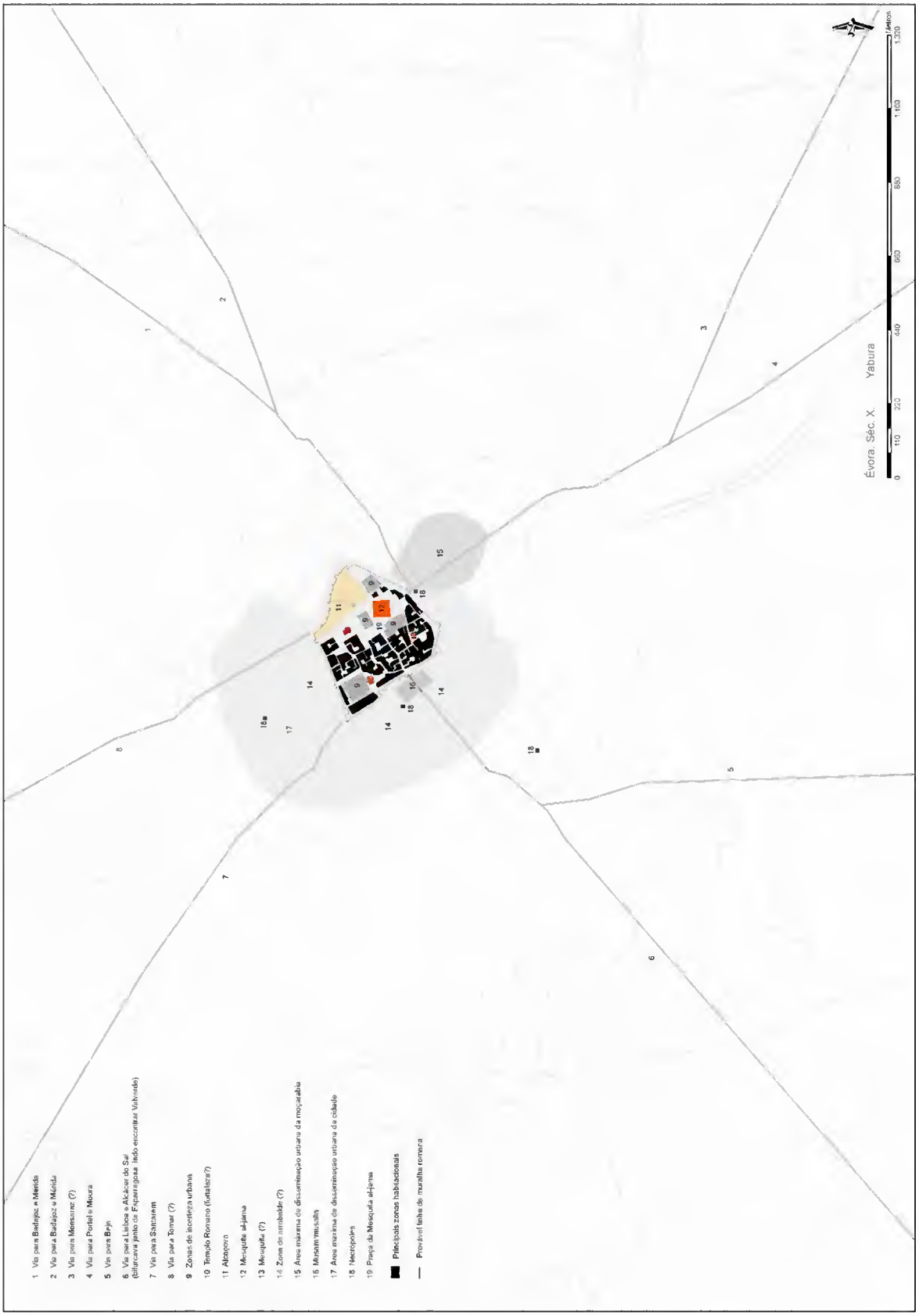
ANEXOS

ANEXO A – Mapa da cidade de Évora do século I a.C. ao IV d.C.

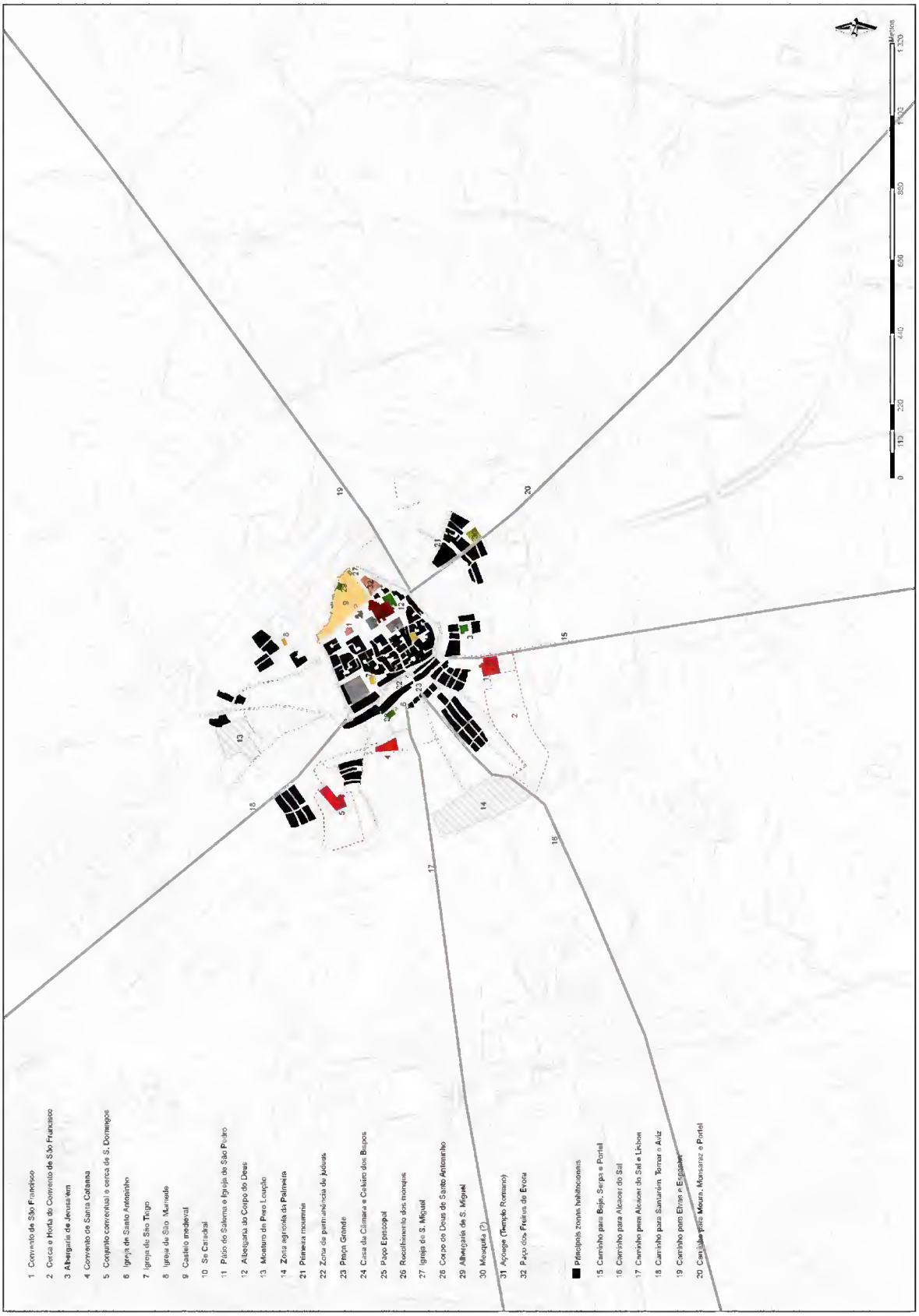


ANEXO B – Mapa da cidade de Évora do século IV d.C. a 1165

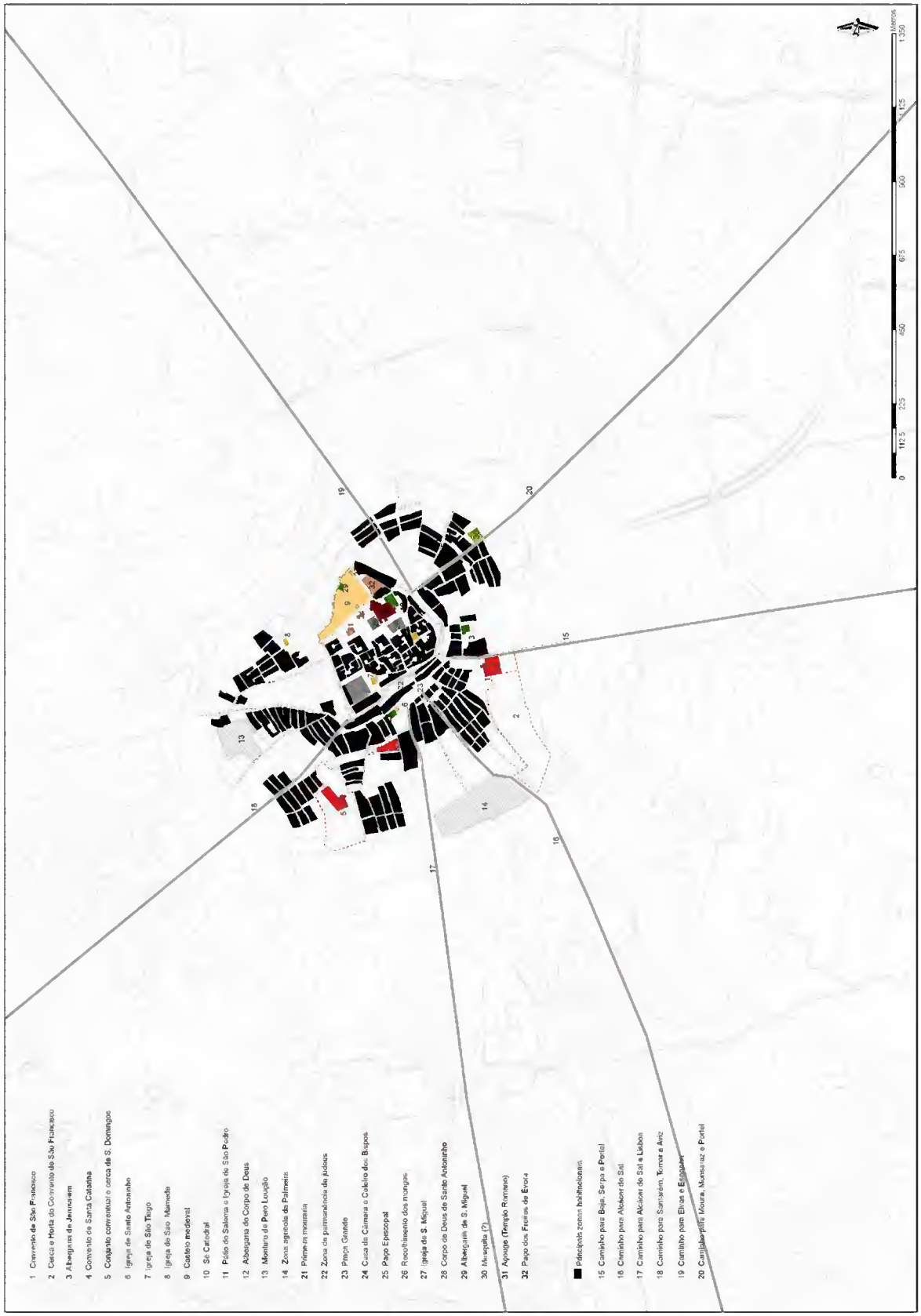
ANEXO C – Mapa da cidade de Évora de 1166 a 1495



ANEXO D – Mapa da cidade de Évora de 1495 a 1580



ANEXO E – Mapa da cidade de Évora de 1580 a 1850



ANEXO F – LEI N. 506 DE 17 DE JANEIRO DE 1984

D.O. RIO

Ano X. n º 14 Parte IV– Rio de Janeiro – Quinta-feira, 19 de janeiro de 1984.

LEI N. 506 DE 17 DE JANEIRO DE 1984

Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

O PREFEITO DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Câmara Municipal do Rio de janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica criada a Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, delimitada conforme o disposto no Art.3 º do Decreto n. 4.141, de 14 de julho de 1983.

Art. 2º - Passam a vigorar para a Zona Especial do Corredor Cultural as condições de preservação, reconstituição e renovação das edificações, bem como de revitalização de usos e espaços físicos de recreação e lazer, definidas nas notas, quadros e critérios constantes do PA 10.290 e do PAL. 38.871.

Parágrafo único - ..... vetado.

Art. 3º - A Zona Especial do Corredor Cultural fica subdividida em 3 (três) subzonas denominadas, respectivamente, de preservação ambiental, de reconstituição e renovação urbana, que se acham delimitadas nas plantas do PA 10.290 e do PAL 38.871.

Parágrafo único - integram a subzona de preservação ambiental, além das áreas nela incluídas pela PA 10.290 e pelo PAL 38.871:

a) as quadras situadas entre a Avenida Augusto Severo e a Rua da Lapa (lado ímpar) desde o Largo da Lapa e o Passeio Público ao relógio da Glória no fim da amurada da Rua da Glória;

b) as quadras situadas entre a Rua da Lapa (lado par) e as Ruas Teotônio Regadas, Joaquim Silva e Conde de Lages;

c) as quadras situadas entre as Ruas Silva Jardim, Lavradio e Senado e a Praça Tiradentes;

d) ..... vetado

e) as quadras situadas entre as Ruas Uruguaiana, Ramalho Urtigão, Sete de Setembro e Reitor Azevedo Amaral.

Art. 4º - Na subzona de preservação ambiental:

I – serão mantidas as características arquitetônicas, artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e dos telhados dos prédios ali situados;

II – quaisquer modificações de uso e quaisquer obras de alteração interna ou de acréscimo nos mesmos prédios, inclusive alterações que impliquem derrubada ou acréscimo dos muros divisórios existentes, somente poderão ser aprovadas pelos órgãos competentes da Prefeitura após a audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural criado pela Portaria “p” n. 11, de 21 de junho de 1983, do Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIOARTE, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III – nos terrenos não edificados até a data desta lei, quaisquer construções obedecerão aos parâmetros fixados nas notas, quadros e critérios do PA 10.290 e do PAL 38.871;

IV – a reconstrução total ou parcial dos prédios será permitida quando conservadas as características das fachadas e a volumetria originais e mediante a previa audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural.

Art. 5º - Na subzona de reconstituição:

I – será permitida a recuperação dos elementos arquitetônicos, artísticos e decorativos que anteriormente compunham o conjunto das fachadas e coberturas dos prédios existentes na área;

II – a aprovação dos projetos de reconstrução será precedida de audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural.

Art. 6º - Na subzona de renovação urbana qualquer edificação a ser erguida deverá obedecer a projeto integrado no conjunto arquitetônico ao qual pertence, obedecendo às alturas máximas determinadas nas notas, quadros e critérios do PA 10.290 e do PAL 38.871.

Art 7º – Na Zona Especial do Corredor Cultural ficam ainda:

I – obrigatoriamente mantidos os usos, a capacidade e a localização no pavimento térreo das salas de espetáculo nas edificações existentes, os quais prevalecerão mesmo nos casos de reconstrução.

II – proibidas as construções de prédios com uso exclusivo de edifícios-garagem ou daqueles em que haja predominância de pavimentos-garagem;

III – isentas da exigência de vagas de garagem somente as transformações de uso dos imóveis localizados na subzona de preservação ambiental.

IV – subordinadas à prévia audiência do Grupo Executivo do Corredor Cultural as licenças para a colocação de letreiros, anúncios ou

quaisquer outros engenhos de publicidade, observadas, no mínimo, os critérios estabelecidos nos parágrafos deste inciso.

§ 1 º - A colocação de anúncios, letreiros ou quaisquer engenhos de publicidade paralela à fachada somente será permitida abaixo da marquise, não podendo ultrapassar a altura do pavimento térreo.

§ 2 º - A colocação de anúncios, letreiros ou quaisquer engenhos de publicidade perpendicular à fachada não poderá ultrapassar 1,20m (um metro e vinte centímetros) de balanço, observando a distância mínima de 1,00m (um metro) do meio fio, e deverá permitir uma livre de 2, 80m (dois metros e oitenta centímetros).

Art. 8 º - ..... vetado

Art. 9 º - ..... vetado

Art. 10 – Fica instituído como órgão permanente do Município, vinculado ao Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIOARTE, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Grupo Executivo do Corredor Cultural, ao qual caberá:

a)..... vetado;

b) acompanhar a execução das obras, instalações, bem como aquisição de equipamento e mobiliário urbano destinado ao Corredor Cultural;

c) zelar pela manutenção física e operacional do Corredor Cultural, requisitando dos órgãos municipais os serviços de sua competência, e pleitear os serviços de competência extramunicipal.

d) propor ao Poder Executivo, para aprovação pela Câmara Municipal, alterações na Zona Especial do Corredor Cultural;

e) elaborar o calendário dos eventos culturais, sociais e turísticos do Corredor Cultural;

f) promover os meios financeiros necessários à realização dos programas e das atividades culturais pertinentes ao Corredor Cultural, incluídas as dotações com esse fim a serem consignadas a cada exercício no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual do Município.

Art. 11 – O Grupo Executivo do Corredor Cultural será integrado por:

a) três representantes do Instituto Municipal de Arte e Cultura – RIOARTE, um dos quais o presidirá;

b) o Diretor do Departamento Geral de Cultura, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

c) um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

d) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral;

e) um representante da Secretaria municipal de Fazenda;

f) ..... vetado

g) o Administrador Regional da II Região Administrativa, da Coordenação das Administrações Regionais Sul, do Gabinete do Prefeito;

h) um representante da Associação dos Moradores do Centro, escolhido em assembléia-geral convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo único – Os membros do Grupo Executivo do Corredor Cultural serão nomeados pelo Prefeito e não receberão qualquer remuneração pelos seus serviços, que serão considerados trabalhos relevantes em favor do município.

Art. 12 - ..... vetado

Art. 13 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1984

MARCELLO ALENCAR

Prefeito

(ref. Ao proc. 01/03.776/83)